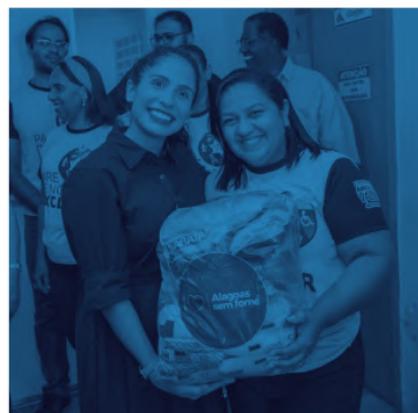




Alagoas sem fome



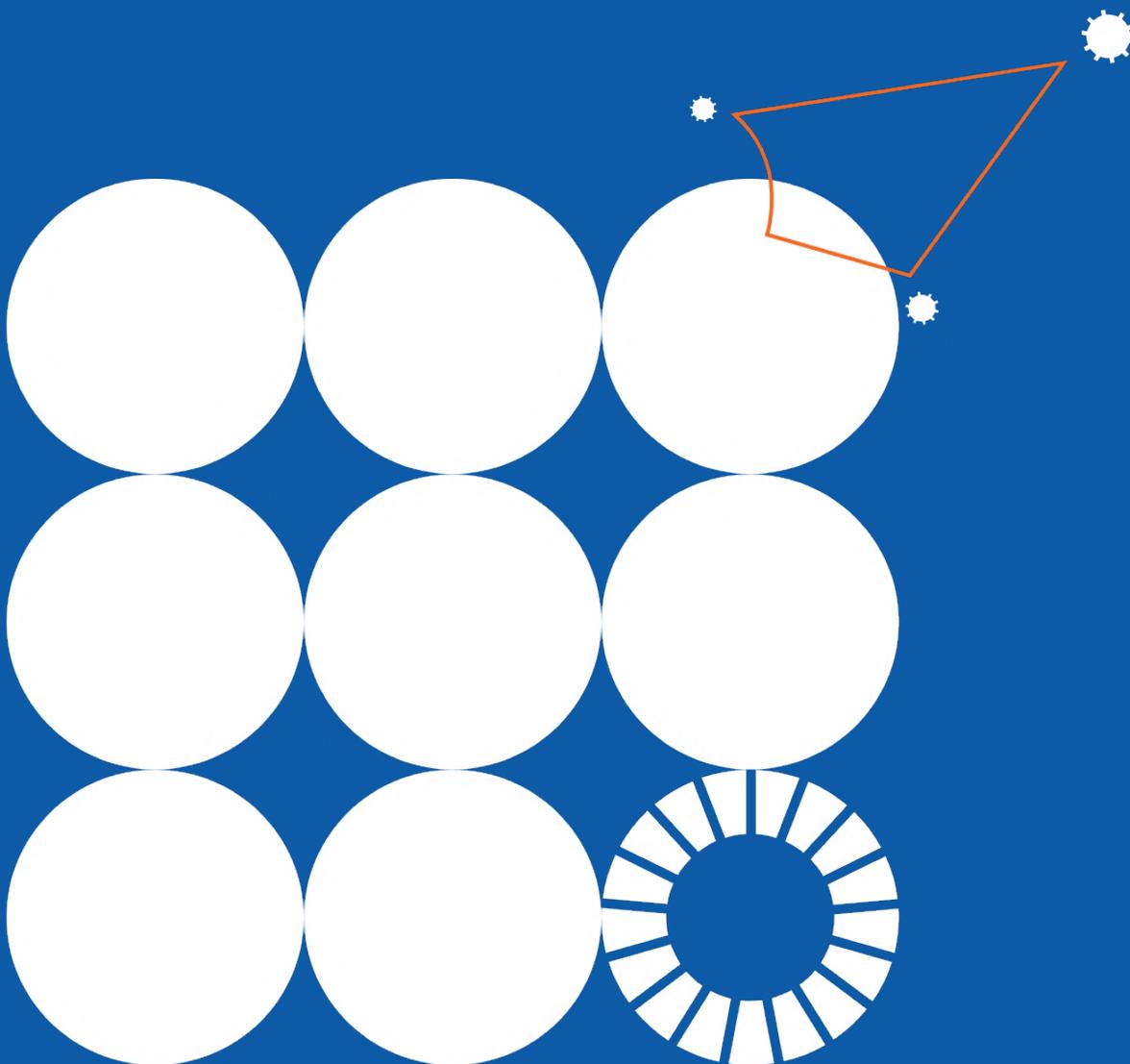
• ANÁLISE TEMÁTICA •



ONU-HABITAT



Maceió/AL
Março de 2025



Análise Temática para o Programa Alagoas Sem Fome

ONU-Habitat

A Organização das Nações Unidas propõe agendas globais de desenvolvimento para promover a sustentabilidade de forma equilibrada entre o presente e o futuro. Desde 2015, esse compromisso tem sido guiado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 – um plano de ação global voltado à erradicação da pobreza, à proteção do meio ambiente e à promoção de uma vida digna para todas as pessoas.

Na sequência, a Nova Agenda Urbana, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada em 2016, estabeleceu uma visão compartilhada para um futuro urbano melhor e mais sustentável, em que todas as pessoas tenham direitos e acesso iguais aos benefícios e oportunidades que as cidades podem oferecer.

Como agência especializada da ONU voltada ao desenvolvimento urbano social, econômico e ambientalmente sustentável, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) está presente no Brasil há mais de 25 anos. Seu objetivo é melhorar a qualidade de vida em um mundo majoritariamente urbanizado, construindo cidades e comunidades seguras, resilientes e sustentáveis, promovendo a urbanização como força transformadora para pessoas e comunidades, reduzindo a desigualdade, a discriminação e a pobreza, e melhorando a qualidade e o acesso a serviços básicos. Esse trabalho está baseado na cooperação com governos, academia e sociedade civil para identificar desafios e promover soluções adaptadas aos diferentes contextos urbanos, sem deixar ninguém e nenhum lugar para trás.

Foi com esse propósito que, em 2017, o ONU-Habitat e o Governo do Estado de Alagoas firmaram uma parceria, dando origem ao Visão Alagoas 2030. A iniciativa tem como objetivo produzir, sistematizar e qualificar dados e informações, além de propor diretrizes e estratégias que contribuam para fortalecer as capacidades locais e orientar políticas públicas.

Nesse contexto, o Visão Alagoas 2030 apresenta a “Análise Temática para o Programa Alagoas Sem Fome”. O documento reúne os princípios e as dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos contextos urbano e rural, além de apresentar indicadores para a formulação de políticas públicas e um diagnóstico da situação atual em Alagoas. Analisa, ainda, as principais iniciativas, potencialidades e desafios do Programa Alagoas Sem Fome (PASF), propondo recomendações para seu fortalecimento no âmbito do Observatório de Políticas Públicas de Alagoas.

O objetivo da publicação é contribuir para o aprimoramento das estratégias de enfrentamento da fome e da insegurança alimentar e nutricional em Alagoas, além de qualificar a tomada de decisões baseadas em evidências na gestão pública.

Boa leitura!

Acompanhe o ONU-Habitat nas redes sociais!



@onuhabitatbrasil



ONU-Habitat Brasil



onuhabitatbr



Escaneie para
saber mais!

Paulo Dantas

Governador de Alagoas

Observar, planejar e trabalhar para construir uma sociedade mais justa é a principal diretriz de todos que fazem o Governo de Alagoas. Cientes de uma história secular de pobreza, o Estado, a iniciativa privada e a sociedade em geral têm um compromisso de reverter quadros de desigualdade social. Um compromisso que surge de dois tipos de observação: a do dia a dia, do contato, das nossas caminhadas por todos os 102 municípios, mas também um compromisso alicerçado na análise de dados e no trabalho de competentes profissionais que estão envolvidos na construção de políticas públicas que tornem nosso estado menos desigual.

Ninguém é capaz de fazer uma transformação deste porte sozinho, sem escutar, sem estudar, sem parcerias como esta que temos com o ONU-Habitat. Um trabalho que é referência para o mundo, mas, antes de tudo, é referência para milhares de alagoanos que já tiveram suas vidas melhoradas por este olhar, por este planejamento, por este trabalho para garantir uma vida com acesso aos serviços públicos.

Porém, é importante frisar que o nosso compromisso não é com o que já foi feito. Nosso compromisso está apontado para a mudança da realidade que ainda não pôde ser transformada, mas que será e que é para já. A partir da observação e análise dos dados desta realidade, nós, servidores e gestores públicos, vamos garantir uma série de políticas para dar autonomia a jovens e adultos, proteção às mulheres e crianças, segurança aos pais e mães de família, oportunidades aos micro, pequenos e médios empreendedores.

A construção dessas políticas perpassa, primordialmente, por produtos deste tipo, que não só balizam a tomada de decisões, como contribuem para a manutenção e o aprimoramento das práticas que permeiam a gestão pública.

Observando, planejando, trabalhando muito, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, nós vamos mudar a vida de milhares de alagoanos e cumprir a missão que o povo nos confiou.

Acompanhe o Governo de Alagoas:



alagoas.al.gov.br



[@governodealagoas](https://www.instagram.com/governodealagoas)



Visão Alagoas 2030

O Visão Alagoas 2030 é um projeto de cooperação técnica entre o Governo de Alagoas e o ONU-Habitat. Iniciado em 2017, o seu principal objetivo é fortalecer a prosperidade urbana sustentável e inclusiva de Alagoas, por meio da produção de dados e informações e da elaboração de estratégias de ação para qualificar as políticas públicas, planos e ações estaduais.

O Projeto estrutura-se em três eixos de implementação:

1. Dados e informações

Construção de indicadores, mapeamentos e diagnósticos

2. Estratégias e soluções

Elaboração de planos, diretrizes e recomendações

3. Visibilidade e inclusão

Busca Ativa e Índice de Pobreza Multidimensional



Este produto pertence ao **Eixo 1:**
Dados e informações



Escaneie para saber mais!

Ficha técnica

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Paulo Suruagy do Amaral Dantas
Governador do Estado

Ronaldo Augusto Lessa Santos
Vice-governador

Renata dos Santos
Secretária de Estado da Fazenda

Monique Souza de Assis
Secretária Especial do Tesouro Estadual

Iasnaia Poliana Lemos Santana
Secretária de Estado da Governança Corporativa

Ana Cristina Farias da Cunha
Assessora Especial de Projetos da Governança Corporativa

Paula Cintra Dantas
Secretária de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

Phelipe Gabriel Clementino Vargas
Secretário Especial de Planejamento, Orçamento e Governo Digital

Júlia Carolina Barros Casado Beltrão
Secretária Especial de Gestão e Patrimônio

Jéssica Antunes
Assessora Especial

Juliana Rodrigues Amorim
Assessora Técnica de Planejamento

Márcio Alexsandro Monteiro dos Santos
Assessor Especial

Jader Sérgio Pitanga da Silva
Assessor Técnico

Karlos Daniel de França Dantas
Assessor Técnico

Tainá Luz de Oliveira Prazeres
Assessora de Comunicação

Erik Matheus Nascimento Monteiro
Assessor de Comunicação

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-Habitat)

Elkin Velasquez
Diretor Regional para a América Latina e o Caribe

Rayne Ferretti Moraes
Chefe do Escritório do Brasil

Ana Elisa Larrarte
Gerente de Desenvolvimento de Programas, Monitoramento e Avaliação

Aléxia Saraiva
Gerente de Comunicação & Advocacy

Daphne Besen
Gerente de Programas e Relações Institucionais

Julia Caminha
Gerente de Gestão do Conhecimento

Leta Vieira de Sousa
Especialista em Resiliência e Mudança Climática

Maria Fernandes Caldas
Especialista em Desenvolvimento Urbano Sustentável

Tássia Regino
Especialista em Urbanização de Assentamentos Precários e Habitação Social

Vanessa Tenuta de Freitas
Assessora Técnica de Desenvolvimento de Programas

**Fábio Donato | Julia Rabelo
Laura Collazos | Tiago Marques**
Analistas de Programas

**Giselle Mansur Batista | Gustavo Aires Tiago
Pedro Araújo Patrício | Vivian Silva**
Analistas de Dados

Flávia Scholz
Analista de Comunicação

Camila Nogueira
Designer Gráfico

Gabriela Gullich
Designer Gráfico Júnior

Claudia Bastos de Mello
Coordenadora Financeira

Jessica Blanco
Assistente Administrativa

Adriana Carneiro
Coordenadora de Recursos Humanos

Carina Lucena | Carolina Oliveira
Analistas de Operações

Mariana Assad
Assistente de Operações

Severino Marcelino de Azevedo
Motorista

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Alex Rosa

Coordenador de Programas (até março de 2025)

Paula Zacarias

Coordenadora de Programas

Gabriela Chetto | Larissa Rocha | Lessa Golignac

Analistas de Programas

Alexandra Freitas | Tiane Souza | Victor Siqueira

Assistentes de Programas

Bruna Maria

Assistente Administrativa (até abril de 2025)

Thyanne Massopust

Assistente de Comunicação (até maio de 2025)

Sofia L'Amour

Designer Gráfico Júnior

ELABORAÇÃO DO PRODUTO

Jéssica Pedroso da Silva

Consultora em Fome e Insegurança Alimentar

Gabriela Chetto

Supervisão e revisão

Victor Siqueira

Apoio à supervisão e revisão

Julia Caminha | Paula Zacarias

Revisão final

Gabriela Güllich

Diagramação

Lista de siglas

APS	Atenção Primária à Saúde
CAISAN/AL	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CEASA	Centro de Abastecimento de Alagoas
CIPIS	Conselho Integrado de Políticas de Inclusão Social
CONSEA/AL	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRIA	Programa Criança Alagoana
CREN	Centro de Recuperação e Educação Nutricional
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EGAL	Escola de Governo de Alagoas
EMATER	Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAPEAL	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
FECOEP	Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
IAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IDERAL	Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Programa Alimentar Mundial
PANCS	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PASF	Programa Alagoas Sem Fome
PEMAPP	Política Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas
PLAMSAN	Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADc	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROINE	Pró-Reitoria de Inclusão Estudantil
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEADES	Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária
SECRIA	Secretaria de Estado da Primeira Infância
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SEGOV	Secretaria de Estado de Governo
SEMARH	Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAG	Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SESAU	Secretaria de Estado da Saúde
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SSAN	Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
TRIA	Triagem para Risco de Insegurança Alimentar
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas
VIGISAN	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil
Vigitel	Estudo de vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico
WFP	Programa Mundial de Alimentos

| Lista de figuras

Figura 1 – Mapa das Regiões de Saúde de Alagoas	25
Figura 2 – Mapeamento das iniciativas do PASF	30
Figura 3 – Distribuição dos equipamentos públicos de SAN em Alagoas	37

| Lista de gráficos

Gráfico 1 – Prevalências de má nutrição da população acompanhada na APS (ano de 2023)	24
---	-----------

| Lista de quadros

Quadro 1 – Principais iniciativas do PASF segundo as categorias da Análise Temática	31
Quadro 2 – Matriz das recomendações para o PASF	49
Quadro 3 – Matriz de recomendações para o Observatório de Políticas Públicas	74
Quadro 4 – Matriz de indicadores de SAN	75

Sumário

- 12 Introdução
- 14 Metodologia
- 16 Segurança Alimentar e Nutricional
- 26 Programa Alagoas sem Fome
- 48 Recomendações
- 80 Considerações finais
- 82 Referências bibliográficas
- 87 Anexo 1 - Alinhamento das iniciativas do PASF aos ODS
- 91 Anexo 2 - Boas práticas nacionais e internacionais
- 94 Anexo 3 - Indicadores de SAN no Brasil



Introdução

© Alagoas Sem Fome

1. Introdução

Este relatório apresenta a **Análise Temática para o Programa Alagoas Sem Fome (PASF)**, implementado pelo Governo do Estado desde 2023, com o objetivo de enfrentar a fome e a insegurança alimentar em Alagoas, por meio de esforços conjuntos envolvendo entidades privadas, setor produtivo e sociedade civil.

As análises temáticas desenvolvidas têm como finalidade subsidiar a tomada de decisões baseadas em evidências, no âmbito do Observatório de Políticas Públicas de Alagoas (OPP/AL) — uma iniciativa criada pelo ONU-Habitat em parceria com o Governo de Alagoas, voltada à localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos 102 municípios do estado, em uma plataforma pública, atualizada e com indicadores desagregados em nível temático, municipal, estadual ou por regiões de planejamento.

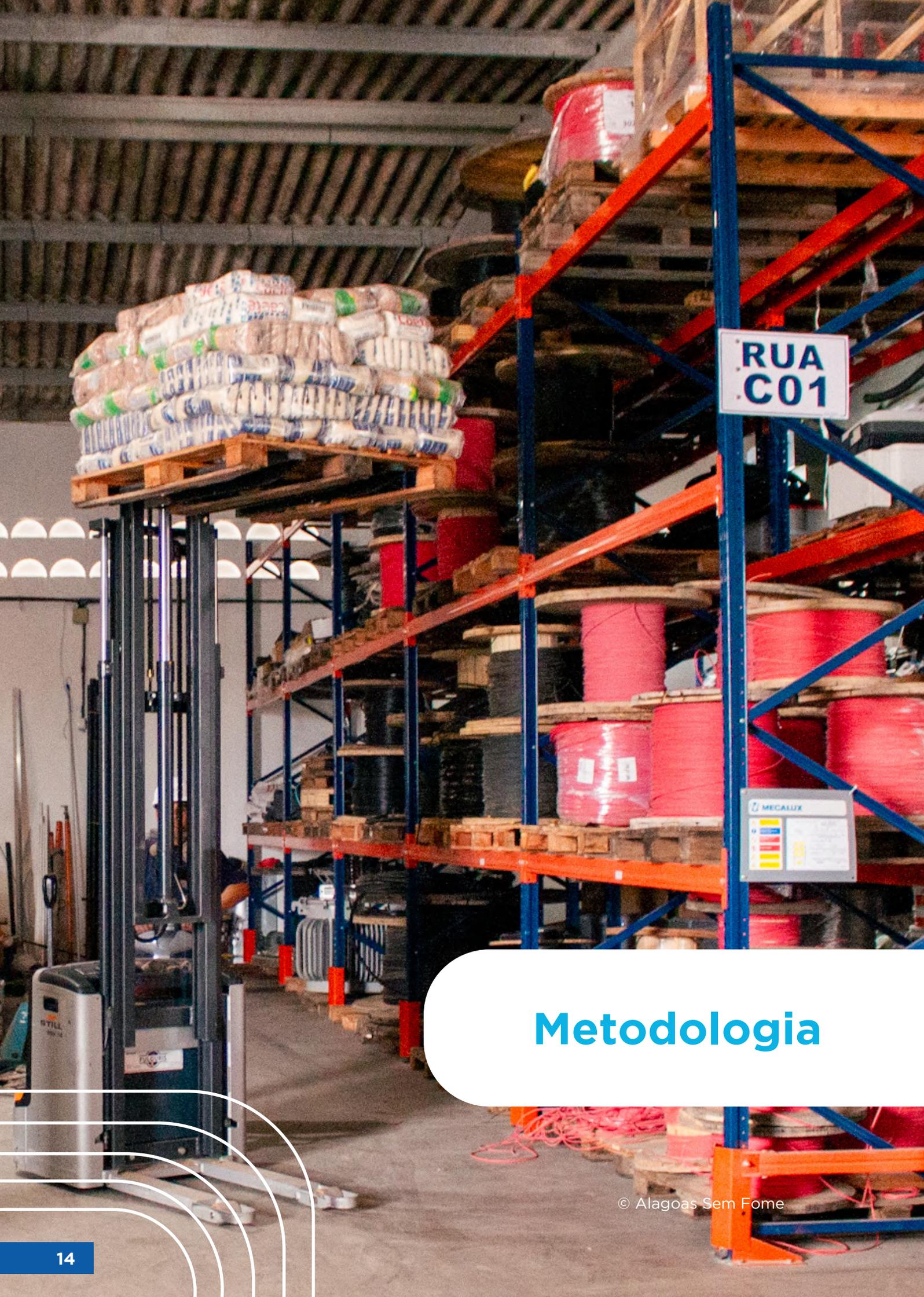
A Análise Temática do PASF tem como objetivos: (i) sistematizar e analisar as iniciativas implementadas, destacando suas potencialidades e desafios; (ii) mapear boas práticas nacionais e internacionais no enfrentamento da fome e da insegurança alimentar; e (iii) apresentar recomendações

para o fortalecimento do Programa, incluindo um conjunto de indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a ser incorporado ao Observatório, para apoiar o monitoramento e a avaliação dessa temática.

Nesse contexto, cabe destacar que este relatório não tem como propósito realizar uma avaliação aprofundada dos resultados e impactos do PASF, mas apresentar uma análise fundamentada em evidências e boas práticas de segurança alimentar, com foco na sustentabilidade e no aprimoramento dessa política pública no estado.

O documento está estruturado em três partes principais, com as seções listadas abaixo:

- SAN e suas dimensões, contexto nas áreas urbanas e rurais, indicadores para políticas públicas e a situação em Alagoas;
- Estrutura, principais iniciativas, potencialidades e desafios do PASF; e
- Recomendações para o PASF e o Observatório de Políticas Públicas, incluindo indicadores para monitoramento e avaliação da SAN no estado.



**RUA
C01**



Metodologia

© Alagoas Sem Fome

2. Metodologia

A elaboração desta Análise Temática, realizada entre agosto de 2024 e fevereiro de 2025, iniciou-se com uma revisão bibliográfica abrangente, incluindo documentos e informações de organismos internacionais de referência, como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos (WFP, do inglês *World Food Programme*), além de produções científicas sobre segurança alimentar, inquéritos de saúde, legislações e outros materiais pertinentes.

Foi realizado, ainda, um mapeamento das iniciativas do PASF, tanto aquelas coordenadas diretamente pelo Núcleo Gestor do Programa quanto as implementadas por outros órgãos e secretarias setoriais. Também foram analisados documentos governamentais e informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Governança Corporativa, responsável pelo monitoramento de algumas ações vinculadas ao PASF. Para complementar essas duas etapas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a equipe técnica estadual envolvida na coordenação, monitoramento e execução das iniciativas do Programa.

Como parte do processo de validação deste trabalho, duas oficinas foram realizadas. A primeira, em outubro de 2024, no formato de uma oficina colaborativa, contou com a participação de representantes de diversas secretarias

setoriais, da Governança e da academia. Nesse encontro, foram validadas a sistematização das iniciativas do PASF, a primeira versão dos indicadores e as recomendações preliminares para o Programa.

Durante a oficina, o grupo de participantes produziu uma matriz SWOT¹, identificando forças, fraquezas, ameaças e oportunidades relacionadas à implementação do PASF, contribuindo assim para a análise e as recomendações apresentadas. Em seguida, foram realizadas visitas técnicas a três equipamentos que integram o escopo de atuação do Programa em Maceió: o Restaurante Popular do Estádio Rei Pelé, no bairro Trapiche da Barra; a Associação Educacional e Assistencial Casa dos Amarelinhos (O Consolador), no Prado; e uma horta comunitária, no bairro Pinheiro.

Na fase final da elaboração do relatório, foi realizada uma oficina de apresentação de resultados, com o objetivo de compartilhar os principais achados, as recomendações para o PASF e para o Observatório de Políticas Públicas, além das boas práticas e evidências que fundamentaram a construção da Análise Temática. O encontro permitiu estabelecer uma agenda para a priorização das propostas, com o intuito de orientar a implementação das ações recomendadas².

¹ A matriz SWOT, também conhecida como FOFA em sua versão traduzida para o português, é uma ferramenta de análise simples e eficaz para avaliar a situação atual da gestão de um determinado projeto e orientar estratégias futuras. Baseia-se em dois eixos: ambiente interno (Forças e Fraquezas, sob controle da gestão) e ambiente externo (Oportunidades e Ameaças, fora do controle da gestão, mas impactante nos seus resultados).

² Os resultados desta Oficina foram sintetizados em um relatório material complementar a essa Análise Temática.



Segurança Alimentar e Nutricional

3. Segurança Alimentar e Nutricional

A Constituição Federal de 1988 reconhece a alimentação como um direito social fundamental, a ser garantido a toda a população brasileira (Brasil, 1988). Já a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), de 15 de setembro de 2006, define a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006, s/p).

Nesse contexto, o Estado tem o dever de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) por meio de políticas, programas e ações voltadas à promoção e à proteção da

SAN. No entanto, os resultados de inquéritos nacionais de saúde apontam uma realidade distinta da prevista nos normativos.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), de 2023, indicou que apenas 72,4% dos domicílios brasileiros estavam em situação de SAN. Em contrapartida, 18,2% estavam em Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) leve, caracterizada pela preocupação com o acesso futuro aos alimentos e pela redução na qualidade da alimentação; 5,3% encontravam-se em IAN moderada, com uma diminuição na quantidade de alimentos consumidos pelas pessoas adultas do domicílio; e 4,1% estavam em IAN grave, quando ocorre uma redução significativa na quantidade de alimentos consumidos por todas as pessoas do domicílio (BOX 1).

BOX 1

CONSEQUÊNCIAS DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA A SAÚDE

A IAN está relacionada a uma carga múltipla de problemas nutricionais, incluindo a desnutrição, o excesso de peso, deficiências de micronutrientes e as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT).

A relação entre a IAN e a obesidade pode ser explicada por: (i) adaptações metabólicas a longos períodos de jejum, que fazem o corpo economizar energia; (ii) transtornos alimentares causados pela ansiedade e pelo estresse gerados pelas condições de IAN; e (iii) baixo custo de alimentos com alta densidade energética, o que leva as populações em situação de vulnerabilidade a consumir alimentos ricos em açúcar, gordura e sódio (Kepple; Segall-Corrêa, 2011; FAO, 2014).

Além disso, a IAN está associada a problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade, o que reforça a necessidade de uma atuação integrada dos setores socioassistenciais e de saúde (Biete *et al.*, 2024; Thielman *et al.*, 2024).

O percentual de domicílios em situação de SAN foi ainda menor nas áreas rurais (65,5%), com destaque para as regiões Norte (60,3%) e Nordeste (61,2%), além de ser mais baixo em lares chefiados por mulheres (68,3%) (IBGE, 2024). Esses dados evidenciam as profundas desigualdades sociais que persistem no país,

pois a IAN grave pode levar a condições de fome, com o consumo insuficiente de alimentos gerando desconforto e dor corporal nas pessoas afetadas (IBGE, 2024; FAO, 2024).

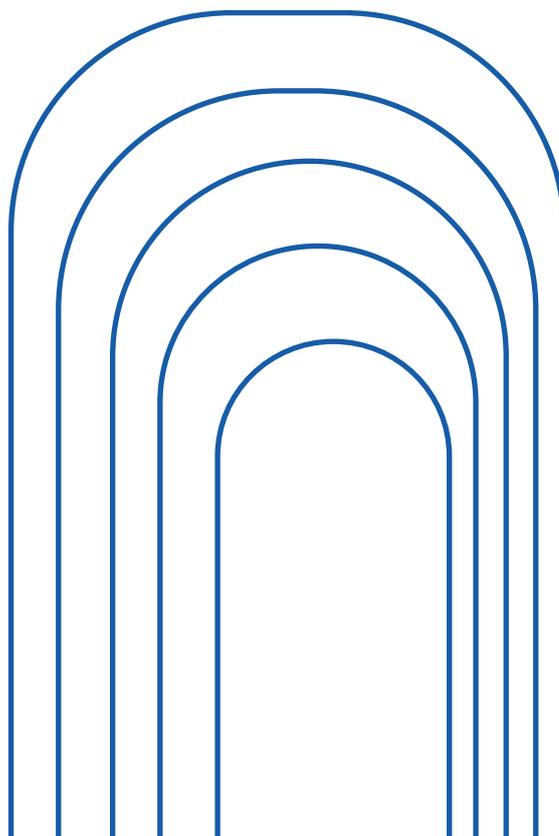
3.1. Dimensões da SAN

A SAN pode ser analisada a partir de quatro dimensões (FAO, 2006; FAO, 2014; FAO, 2024):

- Disponibilidade do alimento: quantidade de alimentos fisicamente presente em um determinado território, relacionada à produção, abastecimento e distribuição de alimentos, além do comércio nacional e internacional;
- Acesso aos alimentos: capacidade das pessoas de obterem alimentos disponíveis no território de maneira socialmente aceitável, incluindo o acesso físico e econômico a uma alimentação adequada e saudável, seja por meio da produção, caça, troca ou compra;
- Utilização dos alimentos e dos nutrientes: uso biológico da energia e dos nutrientes consumidos pelas pessoas, incluindo os impactos no seu estado nutricional. Essa dimensão é influenciada por fatores como escolha de alimentos, hábitos alimentares, saneamento básico e condições de saúde; e
- Estabilidade: satisfação das três dimensões anteriores ao longo do tempo, sendo uma dimensão transversal que pode ser afetada por questões climáticas, sociais, políticas ou econômicas.

Para a elaboração da Análise Temática, as quatro dimensões de SAN foram utilizadas como critérios para categorizar as iniciativas do PASF, destacando como cada uma pode contribuir para os seus resultados e fundamentando a análise da agenda governamental de enfrentamento à IAN no estado.

Essas dimensões também orientaram a formulação das recomendações para o fortalecimento do Programa, visando aprimorá-lo para atender de forma mais eficaz às necessidades alimentares e nutricionais da população alagoana. Por último, as dimensões serviram como base para a definição da matriz de indicadores para o monitoramento e avaliação da SAN em Alagoas, permitindo um acompanhamento contínuo e integrado das condições de disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade dos alimentos.



3.2. Indicadores para políticas públicas de SAN

Os indicadores de políticas públicas medem aspectos da realidade de forma quantitativa ou qualitativa, permitindo um maior entendimento dos fenômenos e cenários de interesse. Eles contribuem para uma tomada de decisão baseada em evidências e possibilitam comparações de desempenho ao longo do tempo (Enap, 2021). A ausência de informações ou o uso de indicadores inválidos, não confiáveis ou imprecisos pode levar a decisões equivocadas em diferentes fases do ciclo de políticas públicas.

Políticas públicas formuladas e implementadas com base em evidências e nas demandas do público beneficiário tendem a apresentar uma melhor relação no custo-efetividade. Além disso, durante o processo de implementação, é crucial realizar o monitoramento contínuo das ações, permitindo que inconsistências sejam identificadas rapidamente e garantindo correções e ajustes em tempo hábil (Custódio; Freitas, 2022; Brasil, 2023a).

Fenômenos complexos e multidimensionais, como a SAN, dificilmente podem ser mensurados por um único indicador. Por isso, recomenda-se o uso de um conjunto de indicadores que ofereçam uma visão ampla e precisa do fenômeno (Custódio; Freitas, 2022; Manikas; Ali; Sundarakani, 2023). Atualmente, existem

diferentes abordagens sobre indicadores e metodologias a serem utilizadas para mensurar e monitorar a SAN tanto em nível individual, domiciliar, nacional quanto global (Kepple; Segall-Corrêa, 2011; Pérez-Escamilla *et al.*, 2017; Manikas; Ali; Sundarakani, 2023).

Manikas, Ali e Sundarakani (2023) recomendam o uso de indicadores complementares em nível individual ou domiciliar para avaliar as três primeiras dimensões da SAN (disponibilidade, acesso e utilização), como indicadores baseados na percepção da IAN, além de avaliações de consumo alimentar e do estado nutricional. Para mensurar estabilidade, a quarta dimensão da SAN, sugere-se a avaliação desses indicadores em tempo real ou ao longo do tempo, permitindo que os resultados de iniciativas com foco no enfrentamento da IAN sejam monitorados de forma consistente.

Portanto, o monitoramento contínuo, juntamente com a definição de um conjunto abrangente de indicadores, é fundamental para avaliar a SAN em todas as suas dimensões e ao longo do tempo, facilitando assim a tomada de decisão e a avaliação mais eficaz dos resultados e impactos das políticas públicas.



© Alagoas Sem Fome

3.3. Contexto da SAN nas áreas urbanas e rurais

A população urbana tem crescido rapidamente em todo o mundo. Atualmente, 55% da população mundial vive em áreas urbanas, sendo responsável pelo consumo de 70% dos alimentos produzidos globalmente (WFP, 2023). Estima-se que, até 2050, dois terços dessa população viverão em áreas urbanas (FAO, 2020).

Esse crescimento intensifica os desafios das cidades, como a dificuldade em garantir empregos decentes, moradias adequadas, saneamento básico, sistemas de transporte eficientes e o acesso a serviços públicos essenciais (WFP, 2023).

No contexto alimentar, as populações em situação de vulnerabilidade enfrentam desafios significativos para acessar uma alimentação adequada e saudável nos centros urbanos. A pobreza, aliada à predominância de empregos informais, dificulta o acesso financeiro aos alimentos. Esse cenário é ainda mais agravado pela presença de desertos alimentares – áreas com acesso restrito a alimentos *in natura* ou minimamente processados, como frutas e vegetais, especialmente em bairros periféricos e regiões de menor poder aquisitivo (FAO, 2020; WFP, 2023).

Além disso, observa-se um aumento expressivo nos preços dos alimentos *in natura* e minimamente processados, enquanto os alimentos ultraprocessados têm registrado uma redução nos preços, tornando-se uma opção mais acessível financeiramente, porém menos saudável (Maia *et al.*, 2020).

Como consequência, o acesso físico e financeiro aos alimentos ultraprocessados, com quantidades elevadas de açúcar, gorduras e sal, torna-se mais viável para a população pobre e em situação de vulnerabilidade. Soma-se a isso, uma desigualdade na distribuição dos espaços verdes públicos nas cidades, o que limita os locais disponíveis para a prática de atividades físicas e contribui para o aumento das taxas de sedentarismo. Ademais, nas áreas urbanas, observa-se um aumento nas prevalências de múltiplas cargas de má nutrição, com a coexistência de desnutrição, deficiências de micronutrientes, excesso de peso e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), tanto no nível territorial quanto domiciliar (FAO, 2020; WFP, 2023) (BOX 2).

BOX 2

PREVENÇÃO DO EXCESSO DE PESO E DCNT EM DOMICÍLIOS COM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como hipertensão arterial e Diabetes Mellitus, são as principais causas de mortalidade precoce no Brasil e no mundo, gerando custos elevados para o Sistema Único de Saúde (SUS). No Brasil, em 2018, o SUS desembolsou 3,45 bilhões de reais com o tratamento de hipertensão, diabetes e obesidade (Nilson *et al.*, 2020).

Entre os principais fatores de risco para DCNT está a alimentação, conforme demonstrado por estudos que indicam a relação entre o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e o risco de obesidade e DCNT (Maia *et al.*, 2020; Askari *et al.*, 2020; Lane *et al.*, 2021).

O Guia Alimentar da População Brasileira recomenda uma alimentação baseada em alimentos *in natura* e minimamente processados, evitando o consumo de alimentos processados. Essa recomendação deve ser seguida em relação aos alimentos doados e oferecidos nos equipamentos públicos de SAN, buscando promover a saúde e uma alimentação adequada e saudável para a população (Brasil, 2014).

Apesar dos desafios encontrados nas áreas urbanas no Brasil, os dados da PNADc de 2023 indicam que as prevalências de IAN são maiores nos domicílios rurais (34,5%), em comparação com os urbanos (26,6%) (IBGE, 2024). Essa situação destaca a necessidade de maior atenção à população rural, especialmente pessoas produtoras rurais de pequeno porte, povos indígenas e comunidades quilombolas, por meio da implementação de programas, ações e serviços de saúde específicos para esses grupos.

Outro aspecto relevante é a promoção de cadeias curtas de abastecimento de alimentos, que facilitam a conexão direta entre quem produz e quem consome, contribuindo para a redução da pobreza nas áreas rurais e para a diminuição das perdas e desperdício de alimentos (FAO, 2020).

Portanto, é essencial que as políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional adotem uma abordagem multidimensional, territorial e integrada, promovendo uma conexão mais sustentável entre alimentação, saúde, agricultura, desenvolvimento social e a geração de emprego e renda (FAO, 2020).

3.4. Situação da SAN em Alagoas

Para analisar o cenário recente da segurança alimentar em Alagoas, dois estudos são essenciais: o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) de Segurança Alimentar, de 2023.

O primeiro estudo foi realizado entre novembro de 2021 e abril de 2022, com o objetivo de capturar os impactos da pandemia da Covid-19 na segurança alimentar no Brasil. Já o segundo ocorreu durante o quarto trimestre de 2023, mais de um ano após o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), em abril de 2022³. Ambos os estudos utilizaram a metodologias da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)⁴ (EBIA8 para II VIGISAN e EBIA14 para PNADc) o que possibilita a comparação de seus resultados⁵.

Segundo o II VIGISAN, durante a pandemia, Alagoas registrava uma das maiores prevalências de IAN (77,8%), superando a média do Brasil

(58,7%) e da região Nordeste (68,1%). Em termos de classificação, apenas 22,2% dos domicílios estavam em situação de SAN, enquanto 22,9% apresentavam IAN leve, 18,2% moderada e 36,7% grave (Rede Penssan, 2022).

Em 2023, a PNADc de Segurança Alimentar indicou que 63,8% da população de Alagoas estava em situação de SAN, enquanto 36,2% enfrentavam IAN (23,3% leve, 7,3% moderada e 5,6% grave). Comparando os dados de 2023, Alagoas é o 9º estado com os maiores índices de IAN, superando a média nacional de 27,6%, e o 6º no Nordeste, abaixo da média regional de 38,8% (IBGE, 2023).

Em ambos os estudos, fatores como baixa renda *per capita*, endividamento, baixa escolaridade, informalidade no mercado de trabalho e desemprego são destacados como elementos que contribuíram para o agravamento da fome no estado (Rede Penssan, 2022).

3 Para mais informações, acessar: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/ministerio-da-saude-declara-fim-da-emergencia-em-saudepublica-de-importancia-nacional-pela-covid-19>.

4 A EBIA é uma escala que mede diretamente a percepção de insegurança alimentar e fome no nível domiciliar, classificando os domicílios em quatro categorias: Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Leve, Insegurança Alimentar Moderada ou Insegurança Alimentar Grave.

5 Para mais informações, acessar: <https://pesquisassan.net.br/wp-content/uploads/2024/05/NT-Comparac%CC%A7a%C-%83o-das-estimativas-de-IA-pelaEBIA8-e-EBIA14-final-23maio24.pdf>.

A pobreza e a instabilidade financeira estão diretamente relacionadas à IAN, uma vez que a ausência de recursos financeiros limita o acesso contínuo a alimentos adequados, saudáveis e em quantidade suficiente. Essa relação reforça desigualdades estruturais e perpetua um ciclo de exclusão e vulnerabilidade social, prejudicando não apenas a saúde, mas também o acesso à educação e às oportunidades de geração de renda, o que impacta diretamente nas condições de vida e no bem-estar da população.

Em relação à renda *per capita*, o II VIGISAN indicou que 77,6% dos domicílios em Alagoas apresentavam renda *per capita* de até meio salário-mínimo, o que os classifica como em situação de pobreza, dificultando o acesso a uma alimentação adequada e saudável. Além disso, o endividamento agravou o risco de insegurança alimentar, com 88% das famílias endividadas apresentando IAN, sendo que 69,3% dessas famílias estavam em situação de IAN moderada ou grave (Rede Penssan, 2022).

Um fator adicional associado à IAN foi o nível de escolaridade da pessoa chefe da família. De acordo com a Rede Penssan, 79,8% dos domicílios chefiados por pessoas com menos de 8 anos de escolaridade estavam em situação de IAN. Entre os domicílios chefiados por pessoas em empregos informais ou desempregadas,

61,5% relataram IAN moderada ou grave. Além disso, 83,2% das famílias com crianças menores de 10 anos apresentavam IAN moderada ou grave (Rede Penssan, 2022).

Em 2022, 6,3% da população alagoana inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) vivia em situação de pobreza (renda *per capita* de R\$105,01 a R\$210,00) (ONU-Habitat, 2024), enquanto 64,2% encontravam-se em extrema pobreza (renda *per capita* de até R\$105,00). Esses dados reforçam a situação crítica da pobreza no estado, uma vez que ela está associada diretamente à insegurança alimentar e à fome, resultantes das dificuldades de acesso financeiro aos alimentos.

Outro aspecto diretamente relacionado à IAN é a capacidade de produção local de alimentos, o que impacta a dimensão de disponibilidade de alimentos da SAN. Garantir uma oferta suficiente, diversificada e de qualidade de alimentos é essencial para atender às necessidades nutricionais da população. No entanto, quando a produção local é insuficiente ou inadequada, surgem obstáculos à disponibilidade de alimentos. Esses desafios se agravam pela desigualdade no acesso e pela dependência de importações, o que aumenta a vulnerabilidade da população em cenários de crises econômicas, climáticas ou sociais.



© Joe Souza/Banco de Imagens

Quanto à produção de alimentos no estado, o Censo Agropecuário de 2017 apontou que 326.913 pessoas estavam ocupadas em 98.542 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2019). Em relação à agricultura familiar, 12,3% das pessoas que trabalham nessa área receberam financiamento no ano de 2017, enquanto apenas 5,1% dos estabelecimentos de agricultura familiar receberam orientação técnica do poder público, do setor privado ou de Organizações Não Governamentais (ONGs) (ONU-Habitat, 2024).

A ausência de saneamento básico adequado também tem um impacto significativo na IAN, especialmente no que diz respeito à dimensão de utilização dos alimentos e nutrientes. Condições precárias de saneamento, como a falta de acesso à água potável, esgotamento sanitário inadequado e manejo deficiente de resíduos, afetam diretamente a saúde e prejudicam a capacidade do corpo de absorver os nutrientes dos alimentos consumidos. Além disso, doenças de origem hídrica agravam o estado nutricional, aumentando a vulnerabilidade alimentar e perpetuando o ciclo de pobreza.

Em relação a esse aspecto, em 2022, 77,2% da população alagoana era atendida com serviços de abastecimento de água, enquanto apenas 19,6% tinham acesso a esgotamento sanitário, de acordo com dados disponíveis no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2023). Esses números evidenciam a necessidade de melhorar os serviços básicos essenciais para a saúde pública, visto que a precariedade desses serviços agrava a insegurança alimentar e nutricional e aumenta os riscos de doenças diarreicas e infecciosas (MONEGO *et al.*, 2010).

O padrão de consumo alimentar da população é outro elemento crucial da dimensão da utilização dos alimentos e dos nutrientes. Alimentações inadequadas, sejam por questões culturais ou pela dificuldade de acesso a alimentos saudáveis, podem resultar em deficiências nutricionais, doenças associadas a uma má alimentação e piora no estado nutricional, agravando a insegurança alimentar.

Em relação ao consumo alimentar da população alagoana atendida pela Atenção Primária à Saúde (APS), dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) de 2023 indicaram que 47% das crianças menores de 6 meses eram amamentadas exclusivamente e que 65% das crianças de 6 a 23 meses apresentaram diversidade alimentar mínima no dia anterior. Observou-se também uma prevalência elevada do consumo de ultraprocessados em diferentes faixas etárias: 38% das crianças de 6 a 23 meses, 83% das crianças de 2 a 4 anos, 88% das crianças de 5 a 9 anos, 84% dos adolescentes, 66% das pessoas adultas, 71% das gestantes e 45% das pessoas idosas (Brasil, 2023a).

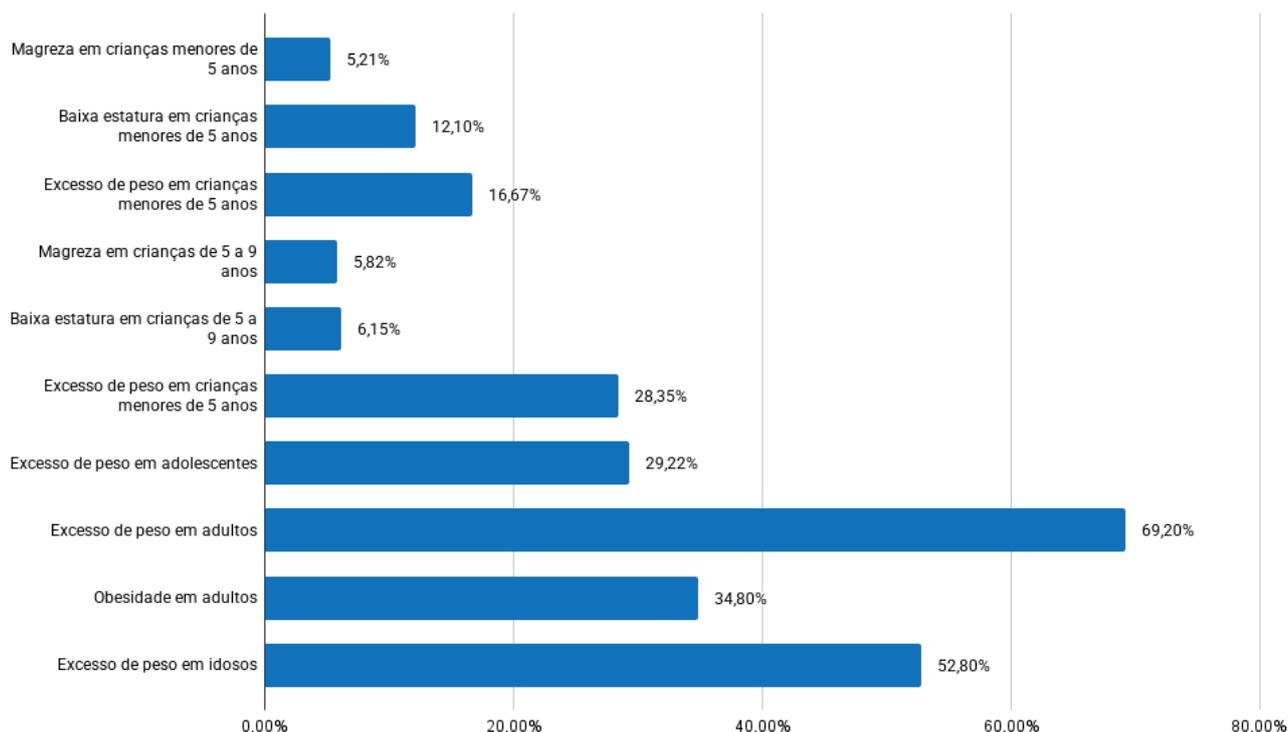


© Gustavo Frazão/Banco de Imagens

O Estudo de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), de 2023, avaliou a frequência e a distribuição dos principais indicadores acerca da carga das doenças crônicas e seus fatores de risco e de proteção associados a pessoas adultas nas capitais brasileiras. Em Maceió, foi constatado que apenas 34,5% das pessoas consumiam frutas e hortaliças em cinco ou mais dias da semana, enquanto 63,3% consumiam feijão na mesma frequência. Além disso, 34,7% consumiram cinco ou mais grupos de alimentos não processados ou minimamente processados no dia anterior, e 17,3% consumiram cinco ou mais grupos de alimentos ultraprocessados no mesmo período (Brasil, 2023b).

O Gráfico 1 apresenta as prevalências de má nutrição na população alagoana acompanhada pela APS. Entre as crianças menores de 5 anos, observou-se que 5,21% apresentavam magreza, 12,10% tinham baixa estatura e 16,67% estavam com excesso de peso. Já entre as crianças de 5 a 9 anos, 5,82% apresentavam magreza, 6,15% baixa estatura e 28,35% excesso de peso. Além disso, as prevalências de excesso de peso eram elevadas também entre adolescentes (29,22%), pessoas adultas (69,20%) e idosas (52,80%) (Brasil, 2023a).

Gráfico 1 – Prevalências de má nutrição da população alagoana acompanhada na APS (ano de 2023)

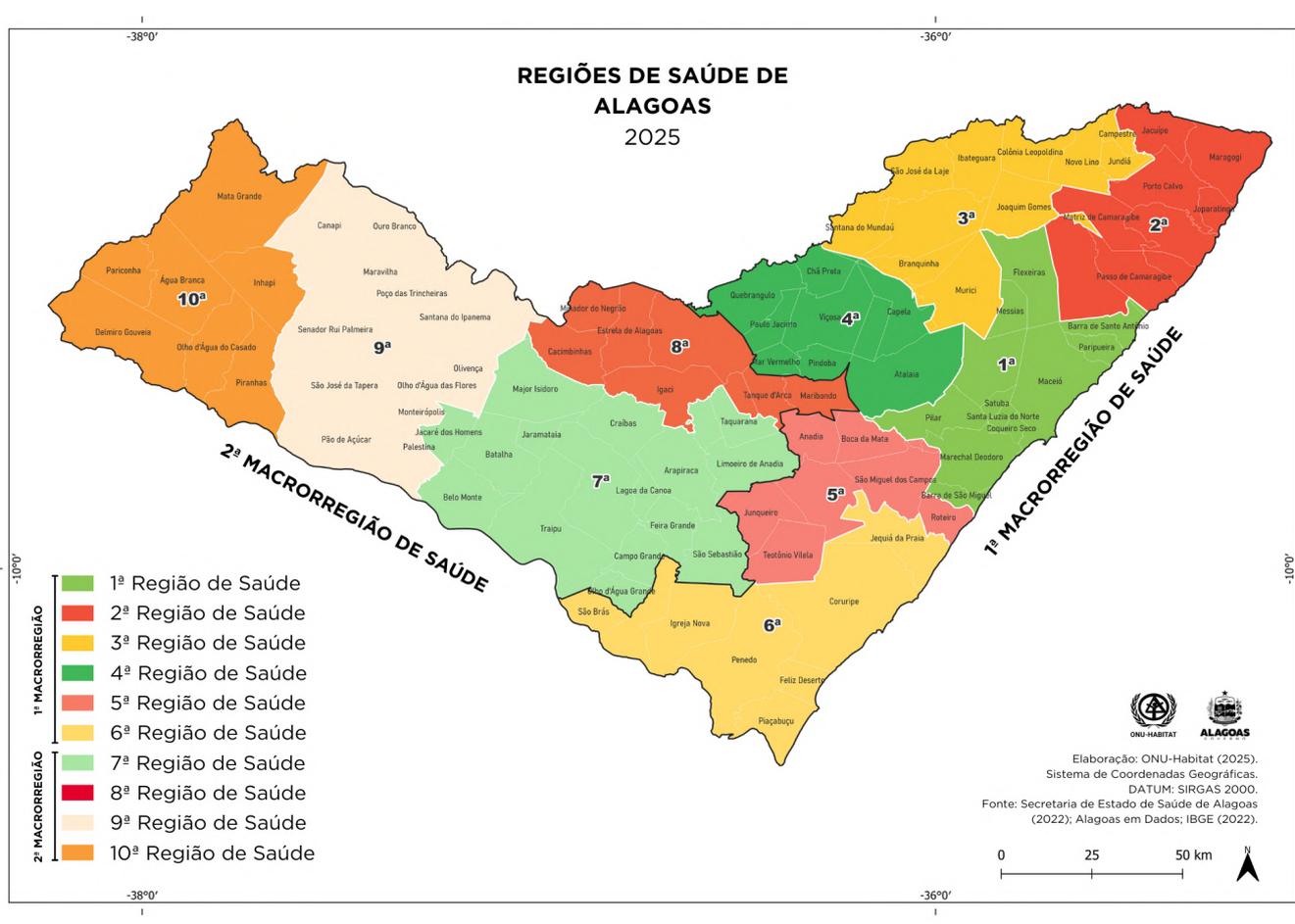


Fonte: Elaboração própria, 2025, com base em SISVAN (2023).

O Boletim Informativo de Vigilância Alimentar e Nutricional de Alagoas, referente ao 1º quadrimestre do ano de 2024, revelou que a 8ª Região de Saúde apresentou as maiores prevalências de magreza acentuada e magreza entre crianças de 0 a 2 anos, com índices de 2,77% e 1,72%, respectivamente (Brasil, 2023a). Entre as crianças de 2 a 5 anos, a maior prevalência de magreza acentuada foi observada na 3ª Região de Saúde (2,08%), enquanto a maior prevalência de magreza ocorreu na 8ª Região de Saúde (3,45%).

Já entre as crianças de 5 a 10 anos, a maior prevalência de excesso de peso (31,88%) foi observada na 4ª Região de Saúde. Entre as pessoas adultas, as prevalências de excesso de peso variaram de 68,45% na 10ª Região de Saúde a 74,93% na 5ª Região de Saúde (Figura 1)⁶.

Figura 1 - Mapa das Regiões de Saúde de Alagoas



Fonte: Elaboração própria, 2025, com base nos dados da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas, 2022.

⁶ As Regiões de Saúde são espaços geográficos formados por municípios limítrofes que compartilham características culturais, econômicas e sociais, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de serviços de saúde.



Programa Alagoas Sem Fome

 Alagoas sem fome

© Alagoas Sem Fome

4. Programa Alagoas Sem Fome

Nos últimos anos, o Governo de Alagoas implementou diversas ações voltadas à redução da fome e da insegurança alimentar no estado, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Bolsa Alimenta e o Mais Merenda. No entanto, essas iniciativas eram conduzidas de forma isolada pelos órgãos ou secretarias estaduais responsáveis, sem uma coordenação conjunta que favorecesse um esforço integrado no enfrentamento da fome e da IAN.

A Lei nº 9.128, de 26 de dezembro de 2023, instituiu o Programa Alagoas Sem Fome (PASF) como uma política pública estadual permanente. Sua estrutura unifica ações já existentes e novas iniciativas, implementadas diretamente pela gestão estadual ou por meio de parcerias com o setor produtivo e a sociedade civil (Alagoas, 2023).

Para garantir a governança do Programa, foi constituído o Comitê Intersectorial de Governança do PASF, responsável por formular diretrizes e políticas públicas focadas no enfrentamento da fome e no desenvolvimento social. O Comitê também tem a função de estabelecer metas, desenvolver estratégias para monitorar e avaliar as políticas associadas ao PASF, além de conduzir o acompanhamento contínuo da sua implementação. A coordenação do PASF está a cargo do Núcleo Gestor, vinculado ao Gabinete Civil.

Outros órgãos e secretarias setoriais envolvidos no PASF incluem a Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES), a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SEAGRI), a Secretaria de Estado da Primeira Infância (SECRIA), a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), a Secretaria de Estado de Governo (SEGOV), a Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos

Hídricos (SEMARH), a Secretaria de Estado da Saúde (SESAU), Secretaria Estado do Turismo (SETUR), o Instituto para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (EMATER) e a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

O monitoramento das iniciativas do PASF é realizado de forma descentralizada pelo Núcleo Gestor, pelas secretarias setoriais e pela Secretaria de Estado da Governança Corporativa. Essa última é responsável pela criação de um *dashboard* para o acompanhamento interno das iniciativas consideradas mais estratégicas para a gestão estadual.

Quanto às fontes de financiamento, o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP) custeia duas das iniciativas do PASF: o Programa Bolsa Alimenta e o PASF na Infância⁷. As demais iniciativas são financiadas pelos repasses e recursos orçamentários dos órgãos e secretarias responsáveis pelas ações.

O FECOEP é um fundo composto por recursos provenientes da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre serviços e produtos considerados supérfluos. Dado ao seu objetivo de enfrentar a pobreza, o Fundo possui potencial relevante para impulsionar ainda mais as ações do PASF, aumentando os recursos para ações integradas, fomentando pesquisas sobre IAN das populações vulnerabilizadas ou expandindo o número de equipamentos públicos de SAN no estado. No entanto, é fundamental que tanto as fontes de financiamento atuais quanto as futuras garantam a continuidade das ações do PASF, financiando projetos passíveis de monitoramento e avaliação, de forma a assegurar os benefícios gerados e reduzir as condições de vulnerabilidade da população atendida.

⁷ O PASF na Infância trata-se de uma Busca Ativa para identificar e incluir famílias em situação de vulnerabilidade social na sua rede de serviços. A iniciativa será implementada nos municípios que aderirem ao Programa por meio de um edital de chamamento. Como ainda se encontra em fase de tramitação após a aprovação pelo FECOEP, a iniciativa não foi incluída no mapeamento realizado neste trabalho.

4.1. Estrutura de governança para a SAN em Alagoas

O Decreto Federal nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, define a governança pública como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (Brasil, 2017).

No contexto da gestão da SAN em Alagoas, a estrutura de governança e participação intersetorial e social incluem: Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/AL), Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/AL), Conferência Estadual de SAN e Conselho Estadual Alagoas sem Fome.

CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA/AL)

O CONSEA/AL foi criado pela Lei nº 6.145, de 13 de janeiro de 2000, e regulamentado pelo Decreto nº 4.030, de 16 de julho de 2008, como parte integrante do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O Conselho atua como um órgão colegiado de assessoramento ao Governador do Estado de Alagoas, vinculado ao Gabinete Civil, com caráter deliberativo, normativo e fiscalizador. Seu principal objetivo é formular políticas, diretrizes e orientações para assegurar o direito humano à alimentação adequada e saudável no estado.

O CONSEA é composto por representantes governamentais e da sociedade civil e está estruturado em cinco comissões permanentes: Sistema e Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada; Práticas Agroalimentares Saudáveis e Saúde Ambiental; Monitoramento e Avaliação de Projetos; e Implantação e Acompanhamento dos Conselhos Municipais.

No nível municipal, 56 municípios de Alagoas já aderiram ao SISAN. Para fazer parte do sistema, cada município deve ter um Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), responsável por manter um diálogo contínuo entre o governo municipal e a sociedade civil. Esse Conselho auxilia a administração municipal na elaboração de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades, visando garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável. Dentre suas atribuições, destaca-se a proposta de diretrizes para a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN).

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN/AL)

A CAISAN/AL também integra o SISAN e tem como objetivo promover a integração e a articulação entre os órgãos e entidades da administração pública estadual envolvidos na promoção da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SSAN). Entre suas atribuições, destaca-se o incentivo à integração das políticas e planos de segurança alimentar e nutricional em Alagoas, a garantia de que as recomendações do CONSEA/AL sejam encaminhadas aos órgãos governamentais, o monitoramento das ações tomadas com bases nessas recomendações, além da elaboração de relatórios regulares para o CONSEA/AL.

Uma das ações recentes da CAISAN foi, em fevereiro de 2024, a criação de uma comissão encarregada de elaborar o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Alagoas, um instrumento essencial para planejar, gerenciar e executar a política de segurança alimentar e nutricional do estado. A comissão conta com a participação de representantes da SEADES, SESAU, SEDUC, SEAGRI, Gabinete Civil, EMATER e do CONSEA/AL.

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional é um evento preparatório para a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), com o objetivo de analisar a situação da segurança alimentar e nutricional no estado e propor diretrizes para aprimorar as políticas públicas relacionadas à área.

Em Alagoas, a última edição da Conferência Estadual aconteceu em 2023 e contou com a participação de representantes de todos os 102 municípios do estado, incluindo representantes da gestão pública e da sociedade civil. As recomendações discutidas durante o evento tiveram como propósito fundamentar a elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Alagoas, cuja preparação foi iniciada em 2024 pela CAISAN/AL.

CONSELHO ESTADUAL ALAGOAS SEM FOME

O Conselho Estadual Alagoas Sem Fome, instituído pelo Decreto nº 95.531, de 02 de fevereiro de 2024⁸, possui caráter permanente e consultivo, funcionando como um espaço intersectorial para a colaboração, discussão e organização das políticas de enfrentamento da fome e da IAN.

Vinculado ao Gabinete do Governador, o Conselho conta com 57 membros, incluindo representantes do governo estadual, de todas as secretarias, dos poderes executivo, legislativo e judiciário, do CONSEA/AL, da sociedade civil e do ONU-Habitat, devido à elaboração desta Análise Temática (Alagoas, 2024a).

Na segunda reunião do Conselho, realizada em junho de 2024, foi aprovado o Regimento Interno, que estabelece a realização de reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias convocadas pela presidência, atualmente ocupada pela Secretária de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio.

O quórum mínimo para a realização das reuniões é de 20 membros, incluindo a presidência ou seu substituto legal. Em 2024, foram realizadas as quatro reuniões previstas, nas quais, em duas delas, foram apresentados e discutidos temas relacionados a esta Análise Temática, como o Plano de Trabalho e os resultados preliminares. Vale destacar que o Regimento Interno também prevê a criação de Câmaras Técnicas temporárias, destinadas a abordar questões específicas e a apoiar o Conselho na melhoria e efetividade das ações de segurança alimentar e nutricional implementadas no estado.



© Alagoas Sem Fome

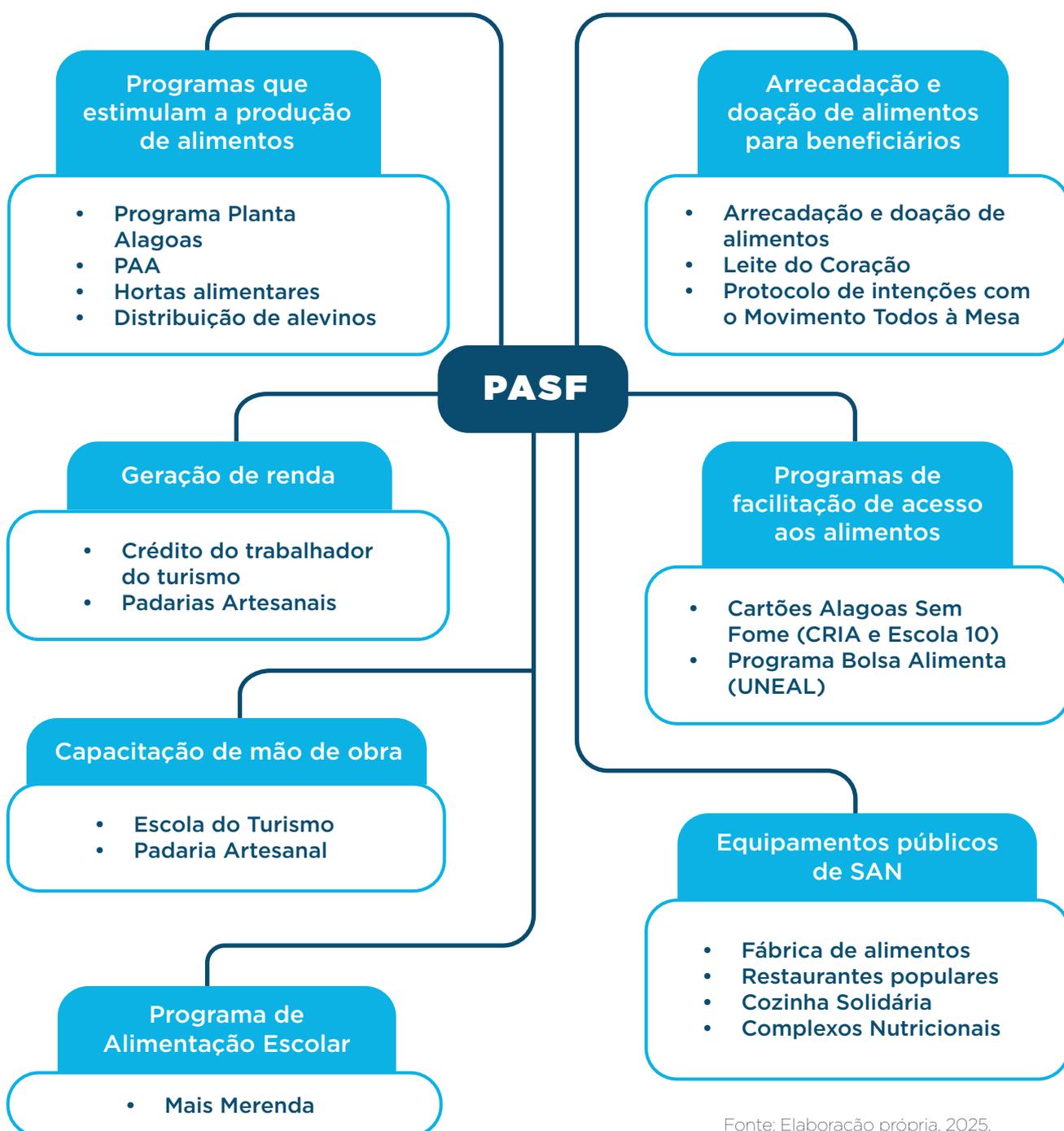
⁸ Disponível para acesso em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/apinova/api/editions/viewPdf/49711>.

4.2. Principais iniciativas do PASF

A sistematização das iniciativas do PASF foi realizada inicialmente por meio do mapeamento de todas as ações, tanto as coordenadas pelo Núcleo Gestor quanto aquelas executadas por órgãos e secretarias setoriais. A Figura 2 apresenta uma síntese dessas iniciativas, organizando-as em sete categorias, conforme a natureza de cada uma.

Entre as iniciativas implementadas ou acompanhadas diretamente pelo Núcleo Gestor, destacam-se a arrecadação e doação de alimentos, as padarias artesanais, as hortas alimentares, os Cartões Alagoas Sem Fome, a fábrica de alimentos, os restaurantes populares, as Cozinhas Solidárias, os Complexos Nutricionais e o Programa Leite do Coração.

Figura 2 - Mapeamento das iniciativas do PASF



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Além disso, o Núcleo Gestor organiza o “Dia D do Programa Alagoas sem Fome”, evento no qual são oferecidos serviços de saúde, assistência social, oficinas educativas, emissão de documentos, cadastros em programas estaduais, vacinação, entre outros. O Núcleo também é responsável pela adesão do PASF ao Movimento Todos à Mesa⁹, uma coalizão brasileira de empresas e organizações voltadas à redução dos impactos da fome no Brasil e ao enfrentamento ao desperdício de alimentos.

Para a sistematização mais detalhada desta Análise Temática, foram selecionadas algumas iniciativas com base em três critérios de priorização: status de implementação, nível de

aderência à pauta e potencialidades da ação para o enfrentamento da IAN no estado. As iniciativas priorizadas foram validadas pelo Núcleo de Gestão do PASF e pelas áreas técnicas dos órgãos e secretarias setoriais durante as reuniões bilaterais e a oficina colaborativa da Análise Temática do PASF.

As iniciativas selecionadas estão organizadas em seis categorias, sendo que duas das sete categorias originalmente definidas foram agrupadas para melhor clareza e organização, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Principais iniciativas do PASF segundo as categorias da Análise Temática

Categorias	Iniciativas
Facilitação de acesso aos alimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Cartões Alagoas Sem Fome (CRIA e Escola 10) • Programa Bolsa Alimenta (UNEAL)
Estímulo à produção de alimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Aquisição de Alimentos • Hortas alimentares • Programa Planta Alagoas
Equipamentos públicos de SAN	<ul style="list-style-type: none"> • Complexos Nutricionais • Restaurantes populares • Programa Cozinha Solidária • Fábrica de alimentos
Arrecadação e doação de alimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Arrecadação e doação de alimentos • Programa Leite do Coração
Alimentação escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Mais Merenda
Geração de renda e capacitação de mão de obra	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Padarias Artesanais

Fonte: Elaboração própria, 2025.

9 Para mais informações, acessar: <https://www.todosamesabrasil.com.br/>.

a) Facilitação de acesso aos alimentos

Duas ações foram selecionadas para essa categoria, conforme detalhado a seguir.

CARTÕES ALAGOAS SEM FOME

Os Cartões Alagoas Sem Fome compõem o escopo do PASF como instrumentos de transferência de renda voltados à redução da insegurança alimentar. A iniciativa integra programas já consolidados, como o Cartão CRIA, destinado à atenção à primeira infância, e o Cartão Escola 10, voltado ao enfrentamento da evasão escolar. O programa também prevê a incorporação de novos mecanismos de transferência de renda, que venham a existir, ampliando o alcance e a efetividade das políticas de combate à pobreza no estado.

Iniciado em 2017, o Cartão CRIA, vinculado ao Programa Criança Alagoana (CRIA) sob responsabilidade da SECRIA, é um programa de transferência de renda implementado em parceria com a SEADES. Seu público são gestantes e famílias com crianças de 0 a 6 anos em situação de vulnerabilidade social.

Criado em 2021, o Cartão Escola 10, vinculado ao Programa Escola 10 sob responsabilidade da SEDUC, tem como objetivo combater a evasão escolar por meio da concessão de incentivos financeiros a estudantes da rede pública estadual. O benefício é destinado a estudantes com frequência mínima de 90% e consiste em um repasse mensal de R\$ 100,00 para estudantes do ensino médio parcial e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) Modular, e de R\$ 150,00 para estudantes do ensino médio integral. O programa também oferece a Bolsa Conclusão, no valor de R\$ 2.000,00, destinada a estudantes que concluírem o ensino médio, como forma de apoiar sua trajetória acadêmica ou profissional.

Em que pese a vinculação desses programas ao PASF, necessário ressaltar que não haverá alterações relacionadas aos benefícios e ao público atendido, assim como permanecerão inalteradas as características e os objetivos dos programas originais.

BOX 3

TRANSFERÊNCIA DE RENDA E AUTONOMIA ALIMENTAR

As políticas públicas federais de transferência de renda têm avançado na promoção da autonomia das famílias ao permitir que definam suas próprias prioridades na utilização dos recursos. Estudos mostram que, mesmo sem a exigência de destinação exclusiva dos recursos à alimentação, a qualidade alimentar melhora nos domicílios atendidos pelo Programa Bolsa Família, refletindo positivamente nas condições de saúde e nutrição da população (Santos; Pasquim; Santos, 2011; Testa *et al.*, 2013).

Um dos principais desafios para a SAN é garantir que os recursos sejam suficientes para assegurar o acesso das famílias a alimentos adequados, saudáveis, *in natura* e minimamente processados. Conforme abordado no capítulo 2, no Brasil, observa-se um aumento no custo desses alimentos, enquanto os ultraprocessados se tornam cada vez mais acessíveis economicamente à população (Maia *et al.*, 2020). Os alimentos ultraprocessados possuem uma maior quantidade de energia por grama, o que pode levar famílias de menor renda a optarem por eles, já que precisam se alimentar com o valor limitado do auxílio recebido (Maia *et al.*, 2020).

Estudos destacam que o consumo de alimentos ultraprocessados está relacionado à obesidade, as DCNTs e maiores taxas de morbimortalidade, gerando elevados custos para o sistema de saúde pública (Brasil, 2014). Por isso, é fundamental que programas de facilitação ao acesso aos alimentos considerem não apenas os preços, mas também a disponibilidade territorial dos alimentos naturais ou minimamente processados. Isso se aplica tanto à formulação direta das ações quanto a estratégias complementares, como a inclusão de programas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

PROGRAMA BOLSA ALIMENTA DA UNEAL

O Programa Bolsa Alimenta da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) foi criado em 2013 e regulamentado pela Resolução Estadual nº 009/2013. Seu objetivo é estimular a permanência de estudantes na Universidade, garantindo o acesso a uma alimentação adequada e saudável. Como a instituição não dispõe de restaurante universitário, estudantes sem vínculo empregatício e com renda familiar inferior a um salário-mínimo recebem uma bolsa no valor de R\$ 300,00 para custear sua alimentação. O recurso disponibilizado não é vinculado à compra de alimentos, o que proporciona autonomia para que estudantes utilizem o recurso conforme suas prioridades no momento.

A Pró-Reitora de Inclusão Estudantil é responsável pela seleção e acompanhamento das pessoas beneficiadas, incluindo visitas domiciliares realizadas por assistentes sociais com o objetivo de avaliar as condições de

vida dessas pessoas e suas famílias. Em 2024, o primeiro edital (válido de maio a dezembro) contemplou 400 estudantes, enquanto o segundo (válido de agosto a dezembro) atendeu 450. A partir de outubro do referido ano, mais 150 bolsas foram disponibilizadas até dezembro, totalizando mil alunos atendidos nos seis campi da UNEAL. O investimento inicial foi de R\$ 120 mil mensais, chegando a R\$ 300 mil nos últimos três meses. Além disso, o valor da bolsa foi ampliado em 2025 de R\$ 300,00 para R\$ 400,00, de acordo com o Edital nº 018/2025 da Pró-Reitoria de Inclusão Estudantil (PROINE), da UNEAL.

A análise da implementação do Programa Alimenta aponta a necessidade de aproveitar o recurso também para ações de educação alimentar e nutricional com a família da pessoa beneficiada (BOX 4). As visitas domiciliares, por sua vez, oferecem uma oportunidade para avaliar a integração da família na rede socioassistencial do estado, além de fornecer orientações sobre os serviços públicos disponíveis, garantindo que as famílias recebam a assistência necessária.

BOX 4

BENEFÍCIOS DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EAN)

De acordo com o Marco de Referência de EAN para as políticas públicas, no contexto da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e da segurança alimentar e nutricional, a EAN é um campo de conhecimento e de prática contínua, permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional. Seu objetivo é promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (Brasil, 2012).

A prática da EAN deve utilizar abordagens e recursos educacionais ativos que incentivem o diálogo com indivíduos e grupos populacionais, levando em conta todas as fases da vida, as etapas do sistema alimentar e as interações que influenciam o comportamento alimentar.

Ademais, existem diversas ações, como rodas de conversa, oficinas culinárias, jogos e exposições, que podem ser implementadas e adaptadas para todas as faixas etárias e em diversos espaços, incluindo escolas e equipamentos públicos de SAN (Brasil, 2012). Essas atividades podem contribuir para a conscientização sobre hábitos alimentares saudáveis e fortalecer a participação

ativa das famílias na transformação da sua realidade nutricional. A inclusão de elementos lúdicos e interativos ajuda a engajar diferentes públicos e aumentar a eficácia das atividades, criando uma rede de apoio e educação contínua, o que pode resultar em melhorias nas condições alimentares e nutricionais a longo prazo.



b) Estímulo à produção de alimentos

Três ações foram selecionadas para essa categoria, conforme detalhado a seguir.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública brasileira criada em 2003 como parte do Programa Fome Zero, com o objetivo de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Financiado pelo governo federal, o PAA é executado em parceria com estados, municípios e outras entidades públicas.

O Programa contribui para a geração de renda e o fortalecimento da agricultura familiar, ao possibilitar a compra direta, com dispensa de licitação, de alimentos produzidos pela agricultura familiar. A iniciativa prioriza, principalmente, pessoas assentadas da reforma agrária, silvicultoras, extrativistas, pescadoras artesanais, comunidades indígenas e quilombolas, promovendo a inclusão produtiva desses grupos em situação de vulnerabilidade.

Em Alagoas, a SEAGRI e a EMATER são as instituições responsáveis pelo PAA. Em 2020, com a adesão estadual ao Programa, 1.568 famílias agricultoras foram beneficiadas. Além disso, 221 unidades receberam as doações, mais de 2.550 toneladas de alimentos foram adquiridas, resultando em um investimento superior a 6,85 milhões de reais e beneficiando cerca de 100 mil pessoas. Segundo dados da EMATER, mais de 5 mil famílias agricultoras atuaram com mão-de-obra para a produção de alimentos na modalidade do PAA, o que fortalece o desenvolvimento local dessas comunidades (Alagoas, 2024c).

Os alimentos produzidos são destinados ao atendimento das necessidades de pessoas em situação de IAN, da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de SAN e da rede pública e filantrópica de ensino, incluindo associações, fundações, escolas, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), entre outros. Em 2023, 98 mil famílias receberam alimentos oriundos do PAA.

Além disso, órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta podem utilizar pelo menos 30% do recurso para adquirir alimentos da agricultura familiar por meio do PAA (Brasil, 2023c). Tais aspectos evidenciam a importância do Programa como uma iniciativa fundamental no enfrentamento da fome e da insegurança alimentar, tanto em nível federal quanto estadual, ao gerar renda para as famílias e fornecer uma alimentação adequada e saudável à população em situação de IAN.

HORTAS ALIMENTARES

Iniciada em 2022, antes da criação do PASF, as hortas alimentares são uma iniciativa da SEMARH, com foco principal na educação ambiental escolar. Em algumas instituições, os alimentos cultivados são utilizados na alimentação escolar, enquanto em outras, os produtos são distribuídos para as famílias das crianças em situação de vulnerabilidade. Atualmente, a iniciativa está se expandindo além do público escolar e passará a atender também a demanda por hortas comunitárias. Para isso, o PASF planeja a implantação de 25 hortas escolares e expansão para dez comunidades.

Entre as hortas comunitárias já inauguradas, destacam-se:

- i. Horta Urbana na Escola Estadual Anália Tenório (município de Olho d'Água Grande) com fornecimento de alimentação escolar para 280 estudantes e doação às famílias;
- ii. Horta Urbana na Comunidade São Francisco e Novo Horizonte (município de Batalha) com previsão de atendimento a dez famílias em situação de vulnerabilidade social, atendendo duas comunidades locais; e
- iii. Horta Urbana na Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (bairro Vergel do Lago, em Maceió) com previsão de atendimento a dez famílias em situação de vulnerabilidade social.

Para a implantação de uma horta alimentar, é necessário que a comunidade, escola ou associação entre em contato com a SEMARH para solicitar a execução do projeto. A Secretaria fornece o material para irrigação, mudas e insumos para a primeira plantação, que pode ocorrer em terrenos públicos ou em instituições com acesso direto ao público. Além disso, capacita a pessoa responsável pela horta, que deve ser indicada antes da execução, assim como as demais partes interessadas. A entidade beneficiada, por sua vez, fica encarregada de garantir a manutenção do local.



A capacitação foca na criação de hortas sustentáveis, sem o uso de agrotóxicos. São realizadas oficinas com especialistas da SEMARH que orientam sobre o uso dos alimentos cultivados, das plantas medicinais e das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS). Atualmente, todas as hortas implantadas incluem as plantas tradicionais e um setor destinado às plantas medicinais, ampliando a diversidade do cultivo e os benefícios para a comunidade. Para garantir a manutenção das hortas, a SEMARH disponibiliza uma equipe técnica para acompanhamento pós-implantação, oferecendo suporte contínuo, quando necessário.

Essa iniciativa oferece benefícios potenciais relacionados à educação alimentar e ambiental, promovendo a integração de crianças e da comunidade com as hortas comunitárias e a aceitação de alimentos plantados para consumo.

No entanto, segundo a própria equipe técnica da SEMARH, para que as hortas contribuam efetivamente para a redução das prevalências de IAN, seria necessário replicá-las também nos domicílios, de forma a melhorar o padrão alimentar das famílias ou gerar renda por meio da venda dos alimentos cultivados.

Embora a iniciativa apresente potencial, ainda não é possível mensurar sua eficácia, uma vez que não há monitoramento sistemático dos resultados, nem dados disponíveis sobre o número de pessoas que de fato consomem os alimentos produzidos. Essa ausência de informações dificulta a análise do impacto da ação no enfrentamento da IAN nas comunidades beneficiadas. Diante disso, torna-se essencial estabelecer um sistema de acompanhamento com indicadores de resultado, que permita avaliar com precisão os benefícios gerados.

PROGRAMA PLANTA ALAGOAS

O Programa Planta Alagoas, sob responsabilidade da SEAGRI, distribui sementes de milho, feijão, sorgo e arroz para famílias produtoras. A ação visa incentivar a produção de alimentos, e pode, conseqüentemente, contribuir para a geração de renda e redução das prevalências de IAN. Em 2023, foram distribuídas 1,3 mil toneladas de sementes para 63 mil famílias agricultoras, sendo 2.930 quilombolas, 1.301 indígenas e 5.324 assentadas e acampadas, conforme dados de monitoramento interno da Secretaria de Governança.

A Portaria nº 101, de 28 de fevereiro de 2024¹⁰, da SEAGRI estabeleceu os critérios para acesso às sementes distribuídas, que devem ser direcionadas para organizações representantes da agricultura familiar e das famílias agricultoras (Alagoas, 2024b). Cada pessoa poderá receber um saco de semente por cultura, podendo escolher no máximo duas culturas diferentes entre milho (10 kg), feijão de corda (5 kg), feijão de arranca (5 kg) e sorgo (5 kg), com um limite de 15 kg por pessoa. A Portaria, também está prevê a distribuição de 200 kg de sementes de arroz por pessoa para as áreas dos perímetros irrigados do Baixo São Francisco.

O Programa prioriza pessoas indígenas, quilombolas e famílias acampadas da reforma agrária. No entanto, assim como ocorre com as hortas comunitárias, a eficácia dessa ação ainda não pôde ser avaliada. Para que os resultados sejam efetivos, é fundamental implementar um monitoramento contínuo, que permita mensurar se a distribuição de sementes está, de fato, contribuindo para o plantio, a geração de renda e a redução das prevalências de IAN entre as pessoas beneficiárias.

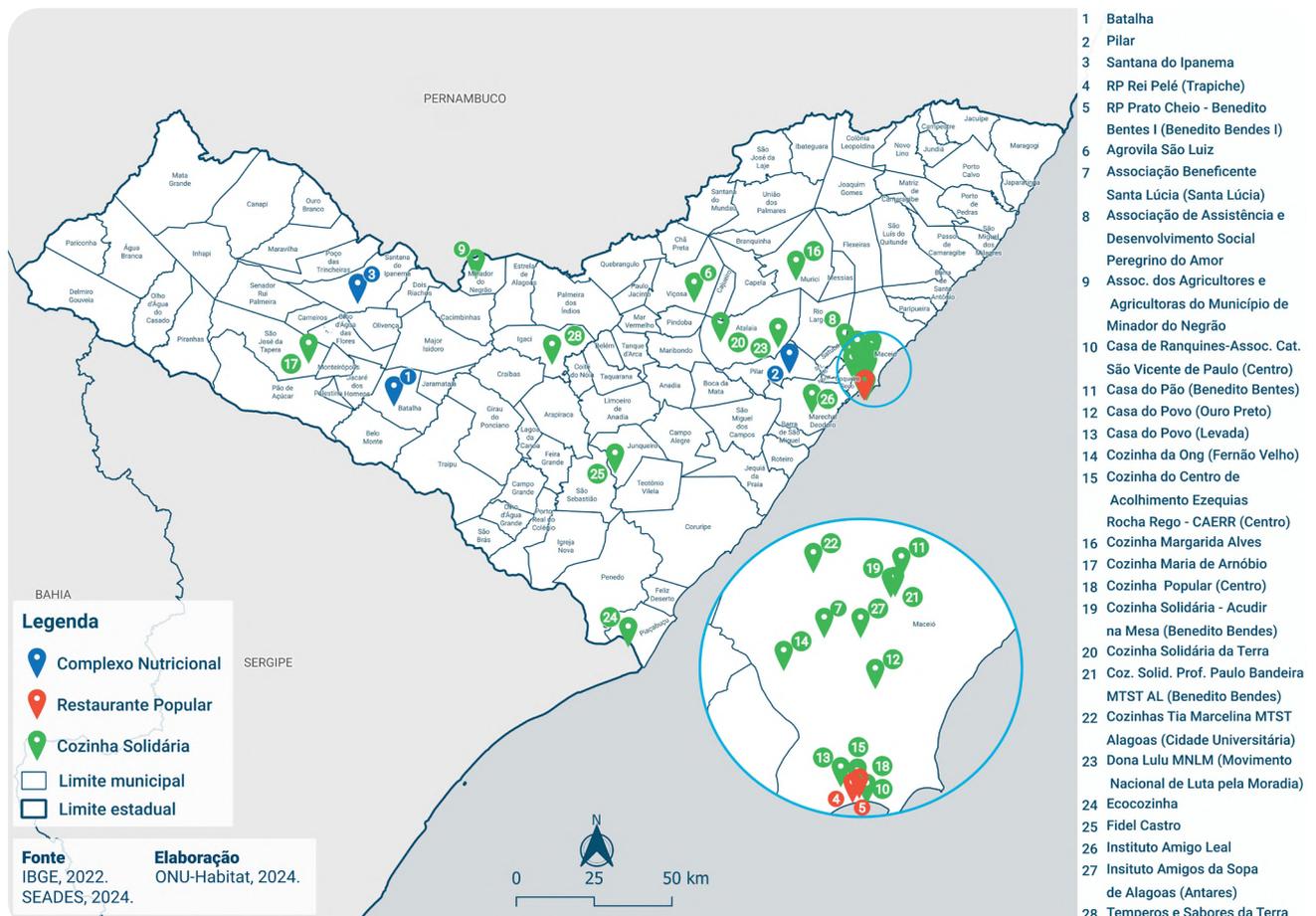


10 Para mais informações, acessar: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/apinova/api/editions/viewPdf/49736>.

c) Equipamentos públicos de SAN

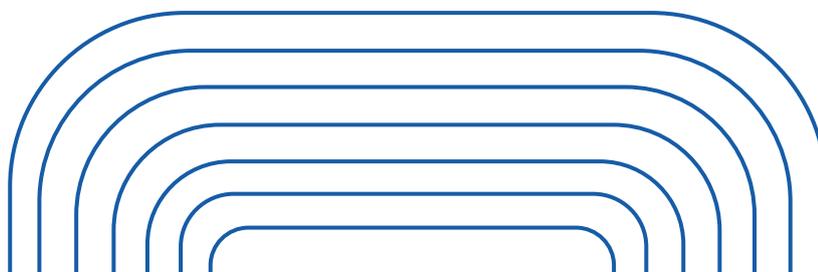
Quatro ações foram selecionadas para essa categoria, conforme detalhado a seguir. A Figura 3 ilustra a distribuição dos equipamentos públicos de SAN no estado, mostrando que esses equipamentos estão presentes em apenas 14 dos 102 municípios alagoanos, com uma concentração significativa na capital Maceió. A maior parte dos municípios não dispõe de complexos nutricionais, cozinhas solidárias ou restaurantes populares, evidenciando a desigualdade no acesso a esses serviços essenciais.

Figura 3 - Distribuição dos equipamentos públicos de SAN em Alagoas



Fonte: Elaboração própria, 2025, com base em IBGE (2022) e dados fornecidos pelas secretarias estaduais.

Como não foram encontrados dados específicos sobre a situação de IAN nos municípios alagoanos, não foi possível realizar uma análise comparativa entre a distribuição dos equipamentos públicos de SAN e as necessidades de cada localidade. Dessa forma, não é possível afirmar com precisão se a alocação desses equipamentos está, de fato, sendo direcionada às áreas com maior demanda por serviços de SAN, o que limita a mensuração da eficácia das ações voltadas à redução das desigualdades alimentares e nutricionais no estado. Para um planejamento mais eficiente, torna-se essencial a realização de um diagnóstico detalhado da situação de IAN em cada município, a fim de assegurar uma distribuição equitativa e estratégica dos recursos e serviços.



COMPLEXOS NUTRICIONAIS

Os recursos para os Complexos Nutricionais são originados dos próprios municípios, com um aporte financeiro inicial de até 350 mil reais fornecido pelo estado, que também realiza o monitoramento do funcionamento desses serviços. Deste modo, foram construídos três Complexos no estado, responsáveis por atender mensalmente 1.117 famílias, sendo 223 em Batalha e 250 em Santana do Ipanema, na região do Sertão; e 704 em Pilar, na Região Metropolitana de Maceió. Além desses, o PASF planeja construir mais complexos no estado, sendo o primeiro no município de Olho d'Água Grande.

De acordo com a SEADES, os Complexos Nutricionais fornecem uma refeição diária, variada e adequada tanto qualitativa quanto quantitativamente, de forma gratuita à população beneficiária do CadÚnico e em situação de vulnerabilidade social no município. Até março de 2025, os Complexos forneceram 853.623 litros de refeições distribuídos à população

No entanto, a qualidade dos cardápios e das refeições oferecidas não é monitorada de forma sistemática, o que compromete a avaliação do seu impacto nutricional e da adequação alimentar. A implementação de um processo contínuo de monitoramento e avaliação da qualidade nutricional é essencial para assegurar que os objetivos da SAN sejam efetivamente alcançados.

RESTAURANTES POPULARES

Os restaurantes populares são equipamentos geridos pela SEADES, enquanto o acompanhamento mensal do quantitativo de refeições fica sob responsabilidade do Núcleo Gestor do PASF. Segundo informações fornecidas pela Secretaria, os restaurantes oferecem refeições pelo valor de R\$2,00 e a cultura alimentar local é uma preocupação central na elaboração dos cardápios. Essa abordagem visa respeitar as preferências e tradições alimentares, garantir a aceitação dos alimentos, valorizar a gastronomia local e promover uma alimentação saudável e sustentável.

Maceió conta com dois restaurantes populares, que funcionam de segunda à sexta-feira no almoço e no jantar, localizados no bairro Benedito Bentes e no Estádio Rei Pelé, no bairro Trapiche da Barra. De acordo com dados da SEADES, cada um oferece aproximadamente 2.250 refeições diárias, totalizando 1.301.031 refeições de janeiro de 2024 a março de 2025. Para expandir a iniciativa, estão sendo planejados mais dois restaurantes populares, um no bairro do Jacintinho, em Maceió, e outro no município de Arapiraca, região Agreste do estado. Além disso, outro restaurante está sendo prospectado no município de Delmiro Gouveia, no Sertão.

Os restaurantes populares são administrados por empresas contratadas por meio de licitação e atualmente não estão vinculados ao PAA. Nesse contexto, a vinculação desses equipamentos ao PAA, com a garantia de que ao menos 30% dos recursos sejam destinados à compra de alimentos da agricultura familiar, configuraria uma estratégia fundamental. Essa medida estimularia a produção local, fortaleceria a renda de famílias agricultoras e contribuiria de forma significativa para a promoção da segurança alimentar, além de incentivar a geração de emprego e renda no território.



© Alagoas Sem Fome

PROGRAMA COZINHA SOLIDÁRIA

O Programa Cozinha Solidária é uma iniciativa do governo federal, coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Instituído pela Lei nº14.628/2023¹¹ e regulamentado pelo Decreto nº 11.937/2024¹², o Programa visa fornecer alimentação adequada e saudável, conforme o Guia Alimentar Para a População Brasileira, de forma gratuita, a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

De acordo com o Decreto, o Programa é executado por meio de três modalidades: apoiar cozinhas solidárias já em funcionamento na oferta de refeições; fornecer alimentos *in natura* e minimamente processados provenientes do PAA; e apoiar processos formativos que aprimorem o funcionamento das cozinhas solidárias.

Em Alagoas, o Programa é gerido pela EMATER e está vinculado ao PAA. Dessa forma, ao menos 30% dos recursos destinados à aquisição de alimentos devem ser utilizados na compra direta de famílias agricultoras ou de suas organizações, incluindo aquelas inseridas na agricultura urbana e periurbana. Há prioridade para assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, em consonância com princípios de equidade e fortalecimento da inclusão produtiva rural.

Para cadastro e habilitação, as cozinhas solidárias devem cumprir uma série de requisitos, conforme estabelecido na Portaria

nº 977, de 5 de abril de 2024 (Brasil, 2024a). Entre os principais, destacam-se: funcionamento prévio de, pelo menos, seis meses; atendimento direto à população em situação de vulnerabilidade e risco social; localização em áreas vulnerabilizadas; e compromisso com o cumprimento das normas sanitárias locais, assegurando boas práticas na manipulação de alimentos. A Portaria nº 978, também de 5 de abril de 2024, permite que entidades privadas sem fins lucrativos também se credenciem ao Programa, desde que sigam as diretrizes estabelecidas (Brasil, 2024b).

Até novembro de 2024, já haviam sido habilitadas 23 cozinhas solidárias em Alagoas, sendo 13 em Maceió, duas em Atalaia e uma em cada um dos seguintes municípios: Viçosa, Minador do Negrão, Piaçabuçu, Igaci, Junqueiro, São José da Tapera, Marechal Deodoro e Girau do Ponciano. No entanto, apenas seis delas receberam recurso do MDS, sendo três em Maceió e as demais em Atalaia, Junqueiro e Girau do Ponciano.

A ampliação do fornecimento dessas cozinhas está prevista entre as ações da EMATER, com a meta de fornecer até 400 refeições por dia, sendo 200 refeições no almoço e 200 no jantar, beneficiando aproximadamente 8.800 pessoas por mês. A expectativa é que, ao longo da implementação, 70% dos alimentos utilizados sejam adquiridos por meio do PAA, evidenciando uma integração entre as iniciativas do PASF, com potencial para replicação e expansão em todo o estado.



© Alagoas Sem Fome

¹¹ Para mais informações, acessar: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm

¹² Para mais informações, acessar: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decret-11937-5-marco-2024-795354-publicacaooriginal-171159-pe.html>

FÁBRICA DE ALIMENTOS

A Fábrica de alimentos, sob responsabilidade da SEGOV, será instalada no Centro de Abastecimento de Alagoas (CEASA) vinculado ao Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas (IDERAL). A iniciativa tem como objetivo reduzir o desperdício de alimentos, considerando estimativas do governo estadual que apontam para o descarte diário de aproximadamente 7,5 toneladas de alimentos no local.

A produção diária prevista inclui 140 kg de sopas desidratadas de vegetais, cerca de 2.000 pacotes de polpas de frutas por hora, além de kits de 5 a 8 kg de alimentos *in natura*, preparados a partir das sobras reaproveitáveis das entidades permissionárias que atuam no CEASA.

Essas sopas e polpas serão destinadas à doação para famílias em situação de vulnerabilidade social ou poderão ser incorporadas à alimentação escolar. Como contrapartida pelas doações, as entidades permissionárias do CEASA poderão renovar a parceria com o estabelecimento. Além disso, será implantado um banco de alimentos na própria Fábrica¹³, voltado ao armazenamento de frutas e vegetais *in natura*.

Para garantir a adesão do público beneficiário, será necessário realizar testes de aceitabilidade das sopas e polpas, a fim de verificar se esses alimentos serão bem recebidos e efetivamente consumidos. Assim como nas demais ações do PASF, é essencial assegurar o acesso a uma alimentação adequada, saudável, culturalmente apropriada e baseada em alimentos *in natura*.

Essa abordagem busca superar soluções de caráter emergencial e de curto prazo, que se concentram exclusivamente no aproveitamento de alimentos desperdiçados, e visa promover a SAN em suas múltiplas dimensões — oferecendo autonomia às pessoas para que possam escolher os alimentos que desejam consumir.

De forma geral, os equipamentos públicos de SAN constituem estratégias fundamentais no enfrentamento da fome e da insegurança alimentar, pois proporcionam acesso gratuito ou a baixo custo às refeições, além de gerarem emprego e renda para a população envolvida na produção, distribuição e cultivo de alimentos nos territórios.

Nesse sentido, tais equipamentos representam uma oportunidade estratégica para o fortalecimento dos sistemas alimentares locais, incentivando a produção e o consumo de alimentos adequados e saudáveis. Contudo, para garantir a efetividade dessas ações, é indispensável que a manutenção dos equipamentos inclua um monitoramento contínuo dos alimentos adquiridos e da elaboração dos cardápios. Dessa forma, assegura-se que as refeições atendam às recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, funcionando também como espaços privilegiados para a realização de ações periódicas de educação alimentar e nutricional, promovendo uma alimentação adequada e saudável (Brasil, 2014; Sousa e Oliveira, 2020).



© Alagoas Sem Fome

¹³ Para mais informações, acessar: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/equipamentos-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/banco-de-alimentos>.

d) Arrecadação e doação de alimentos

Duas ações foram selecionadas para essa categoria, conforme detalhado a seguir.

ARRECADAÇÃO E DOAÇÃO DE ALIMENTOS

A arrecadação e doação de alimentos está sob responsabilidade do Núcleo Gestor do PASF, realizada por meio de parcerias com instituições, o setor produtivo e a sociedade civil, com o objetivo de incentivar doações voluntárias ao Programa. Os alimentos arrecadados são destinados a instituições beneficiárias da Nota Fiscal Cidadã, iniciativa da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), que permite a devolução de até 10% do ICMS para apoiar entidades sociais, promovendo a inclusão e o desenvolvimento social no estado.

Em 2024, o Núcleo Gestor assinou 15 Termos de Doação e Cooperação com o PASF e instalou pontos de arrecadação em eventos específicos e em nove estabelecimentos, como supermercados, shoppings e órgãos estaduais. Até março de 2025, foram arrecadados 76.739,50 kg de alimentos, dos quais 56.612 kg foram doados para 58 instituições, beneficiando mais de 20.000 famílias.

Embora essa ação evidencie o potencial de articulação governamental e a capacidade de resposta emergencial na distribuição de alimentos, um dos principais desafios identificados é a ausência de um sistema de acompanhamento da qualidade e do tipo de alimentos doados. Durante a coleta de dados para esta Análise Temática, não foram encontradas informações detalhadas sobre os alimentos doados por cada empresa, o que inviabiliza a verificação de aspectos importantes, como a presença de alimentos ultraprocessados nas doações, especialmente quando destinadas à população em situação de vulnerabilidade.

Além disso, as doações têm sido realizadas sem uma programação definida, o que pode comprometer a continuidade da ação a longo prazo e reduzir sua eficácia no enfrentamento da insegurança alimentar, uma vez que a distribuição ainda depende de fontes irregulares e não sistematizadas.

Outro aspecto relevante diz respeito ao potencial conflito de interesse no recebimento de doações provenientes da indústria alimentícia, cujos interesses comerciais podem não estar alinhados aos objetivos de promoção da saúde pública. Conforme orientações da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), qualquer interação entre o governo e atores não estatais em políticas ou programas de nutrição deve ser acompanhada de medidas que permitam identificar, prevenir e gerenciar possíveis conflitos de interesse (OPAS, 2022). Essa precaução é fundamental para assegurar que as ações realmente promovam a SAN, sem colocar em risco a saúde da população em situação de vulnerabilidade.



Atualmente, Alagoas ainda não conta com um banco de alimentos em funcionamento, sendo possível apenas a doação de alimentos não perecíveis. Nesse contexto, é fundamental que o banco de alimentos — a ser implementado em conjunto com a Fábrica de alimentos — entre em operação com brevidade, viabilizando também a inclusão de alimentos *in natura*, como frutas, verduras e legumes.

A implementação do banco de alimentos representará um avanço significativo no processo de arrecadação e doação do PASF, ao permitir o recebimento e o armazenamento adequado desses alimentos, possibilitando a montagem de kits alimentares com produtos *in natura*. Essa medida contribuirá para a diversificação da oferta alimentar e para a promoção de uma alimentação mais saudável, adequada e alinhada às necessidades nutricionais da população.

Enquanto o banco de alimentos não estiver em operação, recomenda-se a implementação de um sistema de acompanhamento das doações, com prioridade para alimentos minimamente processados, como arroz, feijão, macarrão e farinhas. Essa medida visa garantir melhor qualidade nutricional nas doações e fortalecer a segurança alimentar das famílias beneficiadas.

A arrecadação e doação de alimentos constitui uma das ações que demandam maior esforço estratégico, operacional e de comunicação no âmbito do PASF. No entanto, à medida que as demais ações do Programa sejam fortalecidas, essa iniciativa poderá ser direcionada para contextos emergenciais, pontuais e de curto prazo. Com a consolidação do PASF, o seu foco poderá se expandir para ações estruturantes, voltadas à geração de renda, à superação da pobreza e à promoção da autonomia das famílias.



PROGRAMA LEITE DO CORAÇÃO

O Leite do Coração é resultado de uma parceria entre a SEDUC e a SEAGRI. No final de 2023, a SEDUC foi contemplada com o PAA Leite, na modalidade doação, e, a partir disso, o Programa foi reformulado e atualmente distribui semanalmente dois litros de leite tipo C a mais de 100 mil estudantes da rede estadual de ensino.

De acordo com informações da SEDUC, o Programa conta com um aporte mensal de 1,2 milhão de reais. Na primeira fase, a doação de leite está sendo realizada para estudantes de Maceió, Arapiraca e região da Bacia Leiteira, composta pelos municípios de Batalha, Pão de Açúcar, Belo Monte, São José da Tapera,

Monteirópolis, Jacaré dos Homens, Palestina e Jaramataia. Durante as férias escolares, foram entregues 82 mil litros de leite e a meta é expandir para beneficiar mais de 170 mil estudantes em todos os municípios de Alagoas.

Este Programa se distingue por sua estratégia de distribuição contínua e regular, utilizando as escolas estaduais como pontos de acesso, o que proporciona uma capilaridade considerável, em comparação com outras iniciativas do PASF, como a arrecadação e doação de alimentos. No entanto, é fundamental avaliar seu impacto na redução da insegurança alimentar das famílias atendidas a médio e longo prazo.

e) Alimentação escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é responsável pelo repasse de recursos financeiros federais para a alimentação escolar de estudantes de escolas públicas de ensino federal, estadual, distrital e municipal. Reconhecido como um dos programas de alimentação escolar mais importantes do mundo, o PNAE contribui significativamente para o crescimento e desenvolvimento adequado, a promoção de uma alimentação saudável e o aumento do rendimento escolar (Brasil, 2015).

A Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020, determina que os cardápios sejam elaborados por nutricionistas, profissionais responsáveis pelo PNAE, seguindo as diretrizes do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos¹⁴ e do Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2020). Adicionalmente, a educação alimentar e nutricional deve ser um tema transversal aos conteúdos abordados na escola, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que regula o sistema educacional do país, tanto no âmbito público quanto no privado.



14 Para mais informações, acessar: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_crianca_brasileira-versao-resumida.pdf.

PROGRAMA MAIS MERENDA

Desde 2021, o Programa Mais Merenda, sob responsabilidade da SEDUC, oferece um recurso adicional às escolas estaduais para complementar o financiamento do governo federal para o PNAE. De acordo com informações da Secretaria, esse complemento resultou em um aumento na qualidade dos alimentos oferecidos nas escolas.

Além do apoio financeiro, o Programa inclui diversas ações voltadas para a Educação Alimentar e Nutricional, como a Semana da Alimentação Escolar. Durante esse evento, um grupo de professores organiza ações de EAN, utilizando materiais orientadores desenvolvidos pela SEDUC, que abordam temas como insegurança alimentar e nutricional.

Essas ações representam um avanço importante na qualificação da alimentação escolar, promovendo melhores condições de saúde e nutrição para as crianças alagoanas. No entanto, dois desafios ainda precisam ser enfrentados: a ausência de um sistema de monitoramento sistemático dos cardápios, o que dificulta mensurar de forma precisa o impacto do investimento adicional; e a fragilidade institucional do Programa devido à necessidade de regulamentação anual por meio de portarias.

De acordo com dados da SEDUC, o financiamento da alimentação escolar em Alagoas é composto por R\$ 57 milhões do Mais Merenda e 25 milhões do governo federal. No entanto, esses recursos são insuficientes para atender plenamente às demandas, sendo necessário buscar alternativas complementares.

Um exemplo disto é que, em 2024, a SEDUC foi contemplada com o PAA, em parceria com a EMATER e o MDS. Embora tenham ocorrido avanços, a implementação enfrentou desafios logísticos, especialmente na distribuição dos alimentos às escolas. A retirada dos alimentos nos escritórios da EMATER ficou sob responsabilidade das escolas, em vez de uma entrega direta pelos produtores às instituições, o que dificultou o fluxo operacional da distribuição.

Para superar essa limitação é essencial estabelecer uma logística de distribuição direta eficiente, especialmente para as escolas rurais, o que facilitaria a implementação do PAA e contribuiria para melhorar a qualidade da alimentação escolar.

Em relação às cantinas escolares, não há regulamentação do serviço ofertado em escolas públicas ou privadas. Essa ausência permite a ampla oferta de alimentos ultraprocessados, que podem ser facilmente consumidos pelas crianças. Um exemplo desse cenário é a criação do selo Cantina do Bem¹⁵, que incentiva a oferta de opções mais saudáveis nos ambientes escolares.

No entanto, nenhuma cantina das escolas alagoanas atendeu aos requisitos para receber o selo, apesar dos esforços da SEDUC que disponibiliza uma lista de alimentos que devem ser fornecidos nas cantinas e materiais de apoio, como o Guia para o Cantineiro¹⁶, além de oferecer capacitação específica para esses profissionais.

Em 2025, a SEDUC pretende lançar projeto EDUCA+SAÚDE, que visa coletar dados para avaliar a alimentação escolar. A pesquisa incluirá medição do estado nutricional de estudantes (no início e final do ano letivo), além de informações sobre a renda familiar e a situação de SAN nos domicílios. Essa avaliação será estratégica, pois permitirá o acompanhamento contínuo da situação de SAN nos domicílios beneficiados. Além disso, os dados coletados poderão apoiar a implementação de melhorias nas políticas públicas de SAN em todo o estado, incluindo ações fora do ambiente escolar.

Com o EDUCA+SAÚDE, a SEDUC busca também identificar escolas com estudantes em situação de extrema pobreza, mapear as regiões de residência desse grupo e medir a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar em toda a rede estadual de ensino. Essa ação permitirá aprofundar a percepção da insegurança alimentar e nutricional entre estudantes, além de ajudar a subsidiar políticas públicas mais eficazes para enfrentar esse desafio.

15 Informação coletada em entrevista concedida pela Superintendente de Alimentação Escolar em outubro de 2024.

16 Para mais informações, acessar: <https://drive.google.com/file/d/1blxGJ142-7LOTknNOY73ia5PqiC4KzTV/view>.

f) Geração de renda e capacitação de mão de obra

Uma ação do PASF foi selecionada para essa categoria, conforme detalhado a seguir.

PROJETO PADARIAS ARTESANAIS

Implantado em Alagoas¹⁷, por meio de parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o projeto Padarias Artesanais está sob responsabilidade do Núcleo Gestor do PASF. A iniciativa tem como foco a capacitação empreendedora e a inclusão produtiva, visando estimular a formalização de negócios e promover a geração de emprego e renda. O público atendido é composto por pessoas em situação de vulnerabilidade social, com ênfase em mulheres interessadas na atividade culinária e no empreendedorismo, fortalecendo, assim, sua autonomia econômica e sua inserção no mercado de trabalho.

O projeto oferece capacitações em panificação e o grupo de participantes recebe certificação do SENAI, além de um kit impulsionador, que inclui insumos e utensílios para dar continuidade à produção de pães seja para consumo próprio ou comercialização. A proposta é que, além da formação, o grupo também atue como multiplicador do conhecimento, capacitando outras pessoas em suas comunidades.

Em maio de 2024, 15 mulheres alagoanas receberam capacitação em Brasília. A partir dessa formação, em setembro do mesmo ano, foi iniciada a primeira turma de multiplicação em Alagoas. As aulas, com carga horária de 8 horas, foram realizadas duas vezes por semana. Nessa primeira etapa, as ações de multiplicação alcançaram seis municípios alagoanos, resultando na capacitação de cerca de 600 pessoas.

Para mensurar a eficácia das capacitações e o impacto na geração de renda e promoção da SAN, será fundamental, após a conclusão das turmas, estabelecer um sistema de acompanhamento do grupo participante. Esse acompanhamento visa avaliar o impacto do projeto e o alcance do seu objetivo central: gerar emprego e renda, promover a inclusão e reduzir a vulnerabilidade social.



© Alagoas Sem Fome

¹⁷ O projeto Padarias Artesanais foi idealizado, em 2001, pela atual segunda-dama da República, Lu Alckmin, no estado de São Paulo, com o objetivo de capacitar gratuitamente pessoas na área de panificação artesanal. Em 2023, a iniciativa passou a ter alcance nacional, tendo como ponto de partida a capital Brasília, com posterior expansão para outros estados do país.

4.3. Potencialidades e desafios do PASF

O PASF se destaca como um marco estratégico, refletindo o compromisso do Governo do Estado em estabelecer uma política pública coordenada para enfrentamento da fome e promoção da segurança alimentar de forma intersetorial e abrangente em Alagoas.

Ao alinhar o Programa aos princípios das agendas globais de desenvolvimento sustentável, suas iniciativas exemplificam a implementação local desses compromissos. Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) envolvidos, destacam-se: ODS 1 (Erradicação da pobreza), ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), ODS 4 (Educação de qualidade), ODS 10 (Redução das desigualdades), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) (Nações Unidas Brasil, 2024). O Anexo 1 apresenta a correlação das iniciativas selecionadas com os ODS e suas respectivas metas, fornecendo uma base para a construção de indicadores de monitoramento e avaliação alinhados à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

No contexto da Nova Agenda Urbana, o PASF também pode ser alinhado aos compromissos globais, considerando seus esforços iniciais para promover a integração entre as áreas urbanas e rurais, bem como a conexão entre a agricultura e a segurança alimentar.

Promoveremos a integração da segurança alimentar e das necessidades nutricionais dos moradores das cidades, particularmente da população afetada pela pobreza urbana, no planejamento urbano e territorial para erradicar a fome e a desnutrição. Promoveremos a coordenação de políticas de agricultura e de segurança alimentar sustentáveis por todas as áreas urbanas, periurbanas e rurais para facilitar a produção, a armazenagem, o transporte e a comercialização de alimentos para os consumidores de maneira adequada e acessível para reduzir as perdas de alimentos, prevenir e reutilizar resíduos alimentares (ONU, 2024, p. 30).

A criação de um Núcleo Gestor, responsável pela coordenação das iniciativas do Programa, fortalece a articulação intersetorial necessária para o enfrentamento da insegurança alimentar em suas diversas dimensões. Esse modelo de

gestão coordenada, que envolve diferentes instâncias governamentais, setor privado e sociedade civil, representa um avanço significativo em comparação às iniciativas anteriores, conduzidas de forma isolada.

A priorização política do Programa coloca a segurança alimentar como um eixo central da agenda pública do estado, com ênfase na redução das desigualdades e na inclusão social. No entanto, a implementação ainda enfrenta desafios a serem superados para que o Programa alcance seu pleno potencial.

A formulação do Programa, por exemplo, destaca a necessidade de um desenho institucional mais robusto, com metas e indicadores específicos, um público beneficiário claramente definido e instrumentos adequados para monitoramento e avaliação.

A estruturação de um programa ou projeto público é fundamental para a eficácia das ações, pois permite a definição clara do escopo, a mensuração dos resultados e o aprimoramento contínuo das estratégias, ajustando-as às necessidades da população e aos contextos sociais, econômicos e políticos. Além disso, um diagnóstico aprofundado da situação da segurança alimentar no estado contribuiria para direcionar as ações do Programa de maneira mais assertiva.

A implementação das iniciativas do PASF exige uma coordenação eficaz entre os diferentes setores, o que requer uma colaboração contínua entre todas as partes envolvidas. Para assegurar a estabilidade e a continuidade dessa coordenação, é essencial que as atribuições e responsabilidades dos órgãos e secretarias setoriais sejam formalmente regulamentadas, facilitando a integração das ações de forma sustentável a longo prazo.

Um desafio adicional reside na governança do Programa, que abrange tanto as novas iniciativas coordenadas pelo Núcleo Gestor quanto aquelas implementadas por órgãos e secretarias setoriais. O monitoramento e a avaliação de todas essas ações são fundamentais, mas apresentam desafios substanciais, particularmente devido às dificuldades na coleta de dados, um problema recorrente na gestão pública brasileira.

Essa questão pode ser atribuída à ausência de uma cultura consolidada de monitoramento e à limitação de recursos destinados a essa atividade, à escassez de formação técnica especializada e aos obstáculos relacionados à infraestrutura e à tecnologia. A carência de dados qualificados e de procedimentos adequados para o monitoramento compromete a avaliação precisa dos resultados do PASF, dificultando a análise de sua eficácia e a identificação de áreas que necessitam de ajustes ou melhorias.

Quanto às fontes de financiamento, observa-se que o PASF é, em grande parte, implementado com recursos já destinados às ações de cada órgão ou secretaria setorial, sem a alocação de recursos adicionais para novas iniciativas. O FECOEP, por sua vez, financia apenas duas ações do Programa, mas possui potencial para ser expandido, o que permitiria apoiar outras iniciativas e, assim, ampliar a cobertura e viabilizar o desenvolvimento de novas ações.

Outro aspecto crucial é o fortalecimento do controle social dentro do PASF. Os mecanismos para promover a escuta da população e a participação social ainda são incipientes, e a integração com o CONSEA/AL e a CAISAN poderia ser aprimorada, estabelecendo um diálogo contínuo e eficaz, o que fortaleceria as ações conjuntas e criaria um sistema de controle social mais colaborativo e eficaz.

Com base na sistematização das iniciativas, observou-se que o PASF tem concentrado esforços significativos na arrecadação e doação de alimentos. No entanto, essas ações, não serão suficientes para romper o ciclo da pobreza multidimensional a médio e longo prazo, no qual a insegurança alimentar está inserida. Para que o Programa tenha um impacto mais abrangente e sustentável, é essencial garantir que a população beneficiária tenha acesso integrado a outras políticas públicas transversais, como saúde, educação, assistência social e geração de emprego e renda.

Além disso, nenhuma das iniciativas do PASF aborda especificamente a dimensão da segurança alimentar e nutricional relacionada ao uso dos alimentos e nutrientes, ou seja, ao aproveitamento biológico da energia e dos nutrientes consumidos. Portanto, é fundamental incorporar essa dimensão ao Programa, com especial atenção à prevenção e ao tratamento da desnutrição, excesso de peso e doenças crônicas não transmissíveis.

Destaca-se ainda que o PASF não contempla ações voltadas especificamente para os povos indígenas e as comunidades quilombolas, grupos que exigem uma atenção diferenciada, pois enfrentam riscos elevados de insegurança alimentar e dificuldades no acesso a uma alimentação adequada, o que afeta diretamente suas condições de nutrição e saúde (BOX 5).

BOX 5

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Estudos indicam que povos indígenas e comunidades quilombolas enfrentam condições precárias de vida, saúde e nutrição, com maiores prevalências de insegurança alimentar e nutricional (Silva *et al.*, 2017; Afonso; Corrêa; Silva, 2020; Athila; Leite, 2020). Nesse contexto, garantir o acesso à terra, ao saneamento básico e a uma alimentação saudável deve ser uma prioridade, levando em consideração a diversidade de línguas, culturas e territórios desses grupos.

Por fim, apesar dos desafios, o PASF demonstra potencial para superá-los, sustentado pelo forte compromisso político, pelos avanços já conquistados, pelas estruturas de governança existentes para a SAN em Alagoas e pela

colaboração intersetorial em andamento, além do engajamento ativo da sociedade civil, essencial para assegurar a efetividade e a continuidade do Programa.



RECOMENDAÇÕES

© Reprodução / SEDUC

5. Recomendações

Este capítulo apresenta recomendações para fortalecer o Programa Alagoas Sem Fome e consolidar a temática da segurança alimentar no Observatório de Políticas Públicas de Alagoas. As fichas das propostas apresentadas buscam aprimorar as iniciativas do PASF, mas não são exaustivas e podem ser implementadas de forma flexível, conforme a necessidade da gestão estadual. Outras iniciativas e ações também podem ser consideradas para complementar a matriz.

5.1. Recomendações para o Programa Alagoas sem Fome

Com base na análise da sistematização das iniciativas do PASF, foi elaborada uma matriz de recomendações para fortalecer a política pública e alinhar as iniciativas às dimensões da SAN (disponibilidade, acesso aos alimentos e utilização dos alimentos e nutrientes) (Quadro 2).

Quadro 2 – Matriz das recomendações para o PASF

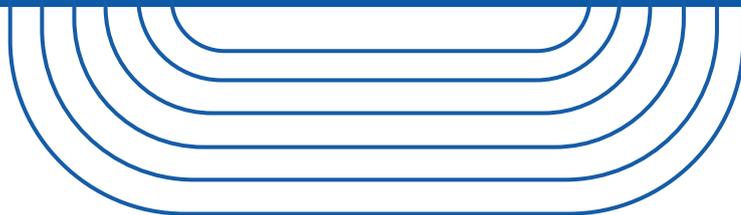
Eixo: Aprimoramento da política pública	
Recomendação	Ações
Fortalecer o desenho institucional do PASF	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar o planejamento estratégico do PASF; e• Criar plataforma integrada para gestão unificada do PASF.
Produzir diagnóstico sobre insegurança alimentar e nutricional, com foco nos povos indígenas e comunidades quilombolas	<ul style="list-style-type: none">• Financiar pesquisas sobre insegurança alimentar e nutricional no estado.
Fortalecer a tomada de decisão baseadas em evidências	<ul style="list-style-type: none">• Monitorar indicadores de SAN no estado;• Monitorar iniciativas para o processo de avaliação do PASF; e• Fortalecer as capacidades institucionais para monitoramento e avaliação.
Ampliar a sustentabilidade financeira do PASF a médio e longo prazo	<ul style="list-style-type: none">• Fortalecer a capacidade de financiamento estadual; e• Garantir a sustentabilidade financeira.
Garantir a participação social no PASF	<ul style="list-style-type: none">• Estabelecer espaços de diálogo com a população atendida; e• Fortalecer a participação e o controle social do PASF.
Ampliar a comunicação do PASF	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver estratégia de comunicação do PASF; e• Divulgar e prestar contas das iniciativas do PASF.

Eixo: Aprimoramento das estratégias de atuação

Recomendação	Ações
Fortalecer o desenho institucional do PASF	<ul style="list-style-type: none">• Ampliar equipe técnica do Núcleo Gestor do PASF;• Capacitar equipes técnicas do PASF das áreas setoriais; e• Melhorar o fluxo de articulação e comunicação interna.
Apoiar a consolidação do SISAN	<ul style="list-style-type: none">• Ampliar a adesão ao SISAN e as capacidades locais.
Fortalecer articulação entre o setor saúde e a assistência social	<ul style="list-style-type: none">• Divulgação da Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA); e• Fortalecer a articulação do PASF com o setor saúde e assistência social.
Ampliar o escopo e a cobertura das ações do PASF	<ul style="list-style-type: none">• Identificar público beneficiário;• Incluir ações específicas para indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; e• Integrar políticas públicas dos três níveis de governo.

Eixo: Desenvolvimento das iniciativas técnicas do PASF Quanto à disponibilidade dos alimentos

Recomendação	Ações
Aumentar o percentual de compras dos alimentos da agricultura familiar	<ul style="list-style-type: none">• Ampliar percentual de compras de alimentos da agricultura familiar nos equipamentos públicos de SAN;• Ampliar equipamentos públicos de SAN no PAA; e• Ampliar percentual de alimentos da agricultura familiar no Programa Mais Merenda.
Capacitar famílias agricultoras para o PAA	<ul style="list-style-type: none">• Prestar assistência técnica e rural às famílias agricultoras; e• Ampliar acesso ao Programa do Campo para Sala de Aula.



Eixo: Desenvolvimento das iniciativas técnicas do PASF
Quanto ao acesso aos alimentos

Recomendação	Ações
Garantir a qualidade dos alimentos ofertados nos equipamentos públicos de SAN	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar Nota Técnica sobre a qualidade dos alimentos ofertados nos equipamentos públicos de SAN;• Garantir a qualidade nutricional dos alimentos ofertados nos equipamentos públicos de SAN; e• Designar um profissional nutricionista para atuação nos equipamentos públicos de SAN.
Garantir a qualidade da alimentação escolar	<ul style="list-style-type: none">• Ampliar os recursos ofertados no Programa Mais Merenda;• Regulamentar alimentos comercializados nas cantinas escolares;• Melhorar fluxo de distribuição dos alimentos do PAA nas escolas; e• Publicar marco legal para o Programa Mais Merenda.
Fortalecer ações com foco no abastecimento de água de qualidade	<ul style="list-style-type: none">• Incluir no PASF ações com foco no abastecimento de água de qualidade.

Eixo: Desenvolvimento das iniciativas técnicas do PASF
Quanto à utilização dos alimentos e nutrientes

Recomendação	Ações
Garantir estado nutricional monitorado e tratamento adequado na rede socioassistencial	<ul style="list-style-type: none">• Monitorar continuamente o estado nutricional da rede socioassistencial.
Promover ações de Educação Alimentar e Nutricional de forma continuada	<ul style="list-style-type: none">• Fomentar ações contínuas de Educação Alimentar e Nutricional.
Incluir ações para garantir a dimensão “utilização de alimentos e nutrientes”	<ul style="list-style-type: none">• Incluir ações voltadas à desnutrição e obesidade;• Incluir ações voltadas ao fornecimento de gás e armazenamento adequado dos alimentos; e• Incluir ações voltadas a cozinhas e reservatórios de alimentos.

Fonte: Elaboração própria, 2025

5.1.1. Aprimoramento da política pública

Este eixo propõe recomendações para aprimorar as iniciativas do PASF, com ênfase em: análise de diagnósticos, aperfeiçoamento do desenho da política pública, ampliação da participação social e melhoria da comunicação do Programa, entre outras ações.

Recomendação 1: Fortalecer o desenho institucional do PASF

Justificativa: O fortalecimento do PASF requer um diagnóstico detalhado dos desafios, necessidades e prioridades relacionadas à segurança alimentar e nutricional, de modo a alinhá-los aos objetivos e metas a serem estabelecidos para o Programa. Além disso, essa abordagem contribui para uma execução mais coordenada e eficiente das ações, garantindo uma articulação eficaz entre os diferentes níveis de gestão.

AÇÃO 1

Elaborar o planejamento estratégico do PASF

Objetivo	Desenvolver o planejamento estratégico do PASF, integrando um modelo lógico e uma gestão institucionalizada, é fundamental para estabelecer uma base sólida de monitoramento contínuo e avaliação das iniciativas do Programa. Essa ação também pode contribuir diretamente para a elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, ao definir responsabilidades, cronogramas e recursos necessários, além de promover uma gestão mais eficiente e responsiva às necessidades locais.
Responsável	Núcleo Gestor e pontos focais dos órgãos e secretarias setoriais.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Definir o planejamento estratégico do PASF, estabelecendo um quadro geral com missão, objetivos estratégicos, metas de curto, médio e longo prazo, além de métricas para o monitoramento e avaliação das ações implementadas;• Elaborar a Teoria da Mudança do PASF, detalhando o processo de transformação esperado, com foco nos impactos de longo prazo, resultados intermediários (marcos) e indicadores de desempenho. Também será necessário definir linhas de base e referências para avaliação do progresso;• Institucionalizar a gestão do Programa, formalizando atribuições, responsabilidades e mecanismos de coordenação entre os diferentes setores e níveis de governo envolvidos na execução do PASF; e• Validar os instrumentos propostos, assegurando que o planejamento seja compartilhado, compreendido e alinhado entre todas as pessoas e instituições responsáveis pela implementação das iniciativas.

AÇÃO 2**Criar plataforma integrada para gestão unificada do PASF**

Objetivo	Desenvolver uma plataforma integrada para a gestão unificada do PASF, centralizando dados, relatórios e informações sobre a execução das iniciativas do Programa. A plataforma deverá facilitar a comunicação entre pessoas da gestão pública e beneficiárias, além de permitir o acompanhamento em tempo real das metas e indicadores de desempenho, promovendo uma gestão mais eficiente e transparente.
Responsável	Núcleo Gestor, Governança Corporativa e SEPLAG.
Quando	Médio prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver um sistema integrado de dados que concentre informações sobre o público beneficiário, incluindo o acesso a outros benefícios sociais e a vinculação às iniciativas do PASF, em nível individual e familiar. O banco de dados deverá ser seguro, acessível e estruturado para geração de relatórios dinâmicos, que subsidiem análises estratégicas e a qualificação da oferta de serviços;• Articular o acesso a bases de dados intersetoriais e intergovernamentais, como o Cadastro Único e o sistema do Programa Bolsa Família, possibilitando a integração de informações que favoreçam uma visão abrangente do público atendido. Essa integração permitirá identificar sobreposições, lacunas de atendimento e oportunidades de sinergia entre políticas públicas, promovendo maior efetividade e coordenação das ações do PASF; e• Estabelecer um fluxo operacional padronizado para alimentação e atualização da base de dados, definindo rotinas para inserção, validação e revisão contínua das informações. Esse fluxo deverá contemplar protocolos de segurança da informação e proteção de dados sensíveis, garantindo acesso restrito a perfis autorizados e conformidade com legislações vigentes sobre privacidade e uso de dados públicos.



Recomendação 2: Produzir diagnóstico sobre insegurança alimentar e nutricional, com foco nos povos indígenas e comunidades quilombolas

Justificativa: A produção de diagnóstico servirá para identificar municípios e regiões prioritárias para a atuação do PASF, com base em dados desagregados para direcionar ações mais eficazes e evidenciadas.

AÇÃO 1	
Financiar pesquisas sobre insegurança alimentar e nutricional no estado	
Objetivo	Financiar estudos técnicos sobre as condições de IAN em Alagoas, com ênfase nas áreas mais vulneráveis, para gerar dados que orientem a fortalecimento eficaz das iniciativas.
Responsável	Governo do Estado, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL)
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Lançar editais de fomento à pesquisa sobre a IAN em Alagoas, em articulação com a FAPEAL;• Disseminar os resultados das pesquisas realizadas junto a pessoas tomadoras de decisão e à sociedade civil, promovendo a transparência, o controle social e o engajamento público;• Adotar os achados das pesquisas e diagnósticos para qualificar as iniciativas existentes do PASF e orientar o desenvolvimento de novas ações; e• Desenvolver uma base de dados georreferenciada para o mapeamento contínuo da IAN no estado, permitindo a identificação precisa de áreas prioritárias e o monitoramento territorializado dos impactos das políticas públicas.



Recomendação 3: Fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências

Justificativa: O fortalecimento do PASF a partir do monitoramento de todas as iniciativas do Programa servirá para avaliar o alcance dos seus resultados no enfrentamento da fome e da insegurança alimentar e nutricional.

AÇÃO 1

Monitorar indicadores de SAN no estado

Objetivo	Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo dos indicadores de SAN para avaliar o impacto do PASF e apoiar decisões informadas.
Responsável	Núcleo Gestor e SEPLAG.
Quando	Médio prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Adotar a matriz de indicadores proposta neste estudo como base para o monitoramento da SAN, incorporando outros indicadores relevantes conforme a disponibilidade ou desenvolvimento de novas bases de dados;• Estabelecer linhas de base para cada indicador selecionado, possibilitando análises comparativas e avaliações contínuas de progresso em relação às metas estabelecidas;• Alinhar os indicadores aos ODS e integrá-los ao Observatório de Políticas Públicas, consolidando uma plataforma de dados robusta e acessível para análise e tomada de decisão;• Mapear os indicadores diretamente impactados pelas ações do PASF, permitindo mensurar com precisão os efeitos do Programa sobre os determinantes da insegurança alimentar; e• Definir cronogramas regulares para a atualização dos dados, assegurando a disponibilidade de informações atualizadas e qualificadas que apoiem o planejamento, a gestão e a avaliação das políticas públicas.

AÇÃO 2

Monitorar iniciativas para o processo de avaliação do PASF

Objetivo	Criar uma estrutura de monitoramento da implementação do PASF para fornecer dados precisos e atualizados, subsidiando decisões e avaliações de médio e longo prazo.
Responsável	Núcleo Gestor, Governança Corporativa e órgãos e secretarias setoriais.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Instituir uma estrutura integrada de monitoramento entre os órgãos e secretarias setoriais envolvidas, alinhada aos mecanismos já desenvolvidos no âmbito da Governança Corporativa;• Desenvolver processos de coleta, registro e monitoramento de dados, com a criação de protocolos padronizados e alinhados às boas práticas de governança; e• Assegurar a utilização estratégica dos dados coletados, integrando-os aos processos de tomada de decisão e ao aprimoramento contínuo das iniciativas.

AÇÃO 3**Fortalecer as capacidades institucionais para monitoramento e avaliação**

Objetivo	Capacitar as equipes responsáveis pela implementação, monitoramento e avaliação do PASF, assegurando que estejam constantemente atualizadas com as melhores práticas e ferramentas disponíveis.
Responsável	Núcleo Gestor, Governança Corporativa e SEPLAG.
Quando	Médio prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Definir um ciclo de treinamento periódico, em parceria com a Escola de Governo de Alagoas (EGAL), focado nas diretrizes definidas pela Política Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (PEMAPP);• Desenvolver material de apoio para os treinamentos, incluindo as orientações definidas pela PEMAPP para uma gestão eficiente do Programa; e• Estabelecer uma agenda de treinamento contínuo, de médio e longo prazo, para garantir que as equipes técnicas permaneçam atualizadas, em conformidade com a PEMAPP.



© Alagoas Sem Fome

Recomendação 4: Ampliar a sustentabilidade financeira do PASF a médio e longo prazo

Justificativa: A ampliação do financiamento do PASF contribuirá para aumentar a cobertura das iniciativas e para o desenvolvimento de novas ações e equipamentos de SAN, com foco em estratégias de médio e longo prazo.

AÇÃO 1

Fortalecer a capacidade de financiamento estadual

Objetivo	Utilizar os recursos do FECOEP para fortalecer e expandir as iniciativas do PASF, garantindo maior capacidade de execução das iniciativas.
Responsável	Núcleo Gestor e SEPLAG.
Quando	Médio prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">Realizar estudos de viabilidade financeira para utilização de recursos do FECOEP, em ênfase em iniciativas para geração de emprego e renda;Elaborar projetos para ampliar as iniciativas do PASF em cofinanciamento com recursos federais ou estaduais disponíveis para apoiar a implementação de ações de SAN; ePreparar proposta para ampliar capacidade financeira do PASF e submeter ao Conselho Integrado de Políticas de Inclusão Social (CIPIS), gestor do FECOEP.

AÇÃO 2

Garantir a sustentabilidade financeira

Objetivo	Elaborar e implementar uma estratégia de sustentabilidade financeira para o PASF, diversificando as fontes de recursos e garantindo a continuidade do Programa em alinhamento com o planejamento estratégico e os recursos orçamentários do estado. Essa ação deve ser implementada junto com ação 1 (Planejamento estratégico) do item 5.1.1.
Responsável	Núcleo Gestor e SEPLAG.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">Mapear fontes de financiamento para SAN, incluindo programas federais, internacionais e iniciativa privada, que atuem sem conflito de interesse com a temática;Realizar estudo de viabilidade para alocar de forma eficiente os recursos estaduais e federais;Incluir o PASF na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Plano Plurianual (PPA), assegurando dotação orçamentária contínua e previsibilidade financeira;Estabelecer um Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de garantir recursos exclusivos para o PASF, promovendo maior autonomia financeira; eArticular parcerias estratégicas com organizações e instituições, públicas e privadas, para fortalecer a rede de suporte financeiro e institucional do PASF.

Recomendação 5: Garantir a participação social no PASF

Justificativa: A garantia da participação social no PASF busca assegurar que as ações estejam alinhadas às reais necessidades da população, promovendo a corresponsabilidade e a transparência das iniciativas, em consonância com os princípios de governança democrática e desenvolvimento sustentável.

AÇÃO 1

Estabelecer espaços de diálogo com a população atendida

Objetivo	Criar canais efetivos de comunicação com a população atendida para ajustar as ações do PASF às suas necessidades.
Responsável	Núcleo Gestor.
Quando	Médio prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Organizar grupos focais para identificar as necessidades e expectativas da população atendida pelo PASF, com ênfase nas escolhas alimentares;• Registrar as sugestões de forma detalhada e estruturada, implementando as que forem viáveis, dentro das diretrizes do Programa, como um compromisso contínuo com a melhoria dos serviços e iniciativas;• Garantir que os ajustes realizados sejam comunicados às pessoas atendidas, reforçando a importância de sua contribuição para o aprimoramento contínuo do Programa; e• Reforçar as ações de educação alimentar e nutricional no processo de escuta e ajustes, promovendo práticas saudáveis e a conscientização contínua sobre alimentação adequada.

AÇÃO 2

Fortalecer a participação e o controle social do PASF

Objetivo	Expandir e fortalecer a participação social no PASF, garantindo maior controle social e colaboração interinstitucional, promovendo um ambiente democrático e transparente para o monitoramento do Programa.
Responsável	Núcleo Gestor.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Estimular a colaboração interinstitucional no enfrentamento à insegurança alimentar, promovendo a integração e o compartilhamento eficaz de informações e estratégias;• Realizar reuniões periódicas com instituições parceiras para troca de experiências e boas práticas, com agendas e objetivos específicos, assegurando a participação ativa das entidades envolvidas no aprimoramento do Programa;• Reforçar a atuação do Conselho Alagoas Sem Fome nas decisões estratégicas do PASF, criando espaços de aconselhamento onde representantes da sociedade civil, ONGs e especialistas possam colaborar ativamente com a gestão do Programa; e• Estreitar a parceria com CONSEA/AL e CAISAN/AL, incluindo pautas relacionadas às recomendações do Programa, para garantir que as diretrizes de enfrentamento à insegurança alimentar sejam discutidas e incorporadas nas agendas dessas entidades.

Recomendação 6: Ampliar a comunicação do PASF

Justificativa: Garantir uma comunicação eficaz dos resultados do PASF, evidenciando a situação atual da fome e da insegurança alimentar no estado, bem como as ações desenvolvidas no âmbito do Programa.

AÇÃO 1

Desenvolver estratégia de comunicação do PASF

Objetivo	Garantir que os resultados do PASF sejam amplamente divulgados, de forma acessível, para engajar a população sobre as ações de enfrentamento à fome e à insegurança alimentar no estado.
Responsável	Núcleo Gestor.
Quando	Médio prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Qualificar a divulgação nas redes sociais do PASF, utilizando evidências sobre os impactos do Programa na insegurança alimentar e nutricional no estado;• Estabelecer um procedimento de publicização periódica dos resultados, garantindo a transparência e a atualização constante das informações do Programa; e• Divulgar informações sobre as iniciativas do PASF, incluindo critérios de atendimento, calendário de entregas e outras ações, para garantir maior transparência e participação popular.

AÇÃO 2

Divulgar e prestar contas das iniciativas do PASF

Objetivo	Desenvolver e divulgar relatórios periódicos para garantir transparência e prestação de contas sobre as iniciativas e resultados do PASF, promovendo o engajamento público e a responsabilidade social.
Responsável	Núcleo Gestor.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar relatórios periódicos (mensais, trimestrais, semestrais ou anuais) detalhando as iniciativas, resultados e a utilização de recursos do PASF, de forma transparente; e• Publicar relatórios no website do PASF, garantindo acessibilidade e transparência para o setor produtivo, a sociedade civil e as pessoas tomadoras de decisão.



5.1.2. Fortalecimento das estratégias de atuação

Este eixo tem como objetivo fortalecer as estratégias de atuação do PASF por meio da qualificação das equipes técnicas, da articulação entre o setor saúde e assistência social, e outras ações para garantir a eficácia e a sustentabilidade a longo prazo do Programa.

Recomendação 1: Fortalecer as equipes técnicas do PASF

Justificativa: Garantir que o PASF tenha as capacidades institucionais necessárias para atingir seus objetivos de forma eficaz, alinhando as ações com as necessidades reais da população. Além disso, busca-se promover uma abordagem integrada e especializada no enfrentamento da insegurança alimentar, favorecendo a cooperação entre os diferentes setores e níveis de governo.

AÇÃO 1

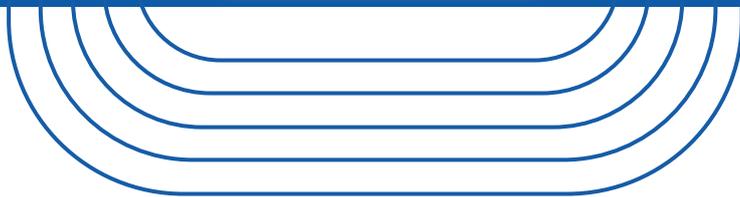
Ampliar equipe técnica do Núcleo Gestor do PASF

Objetivo	Incorporar especialistas em nutrição, saúde pública e assistência social ao Núcleo Gestor para assegurar que o planejamento e a execução das iniciativas estejam alinhados às melhores práticas de enfrentamento da IAN.
Responsável	Núcleo Gestor.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">Contratar ou realocar profissionais com formação em nutrição, saúde pública e assistência social para compor o Núcleo Gestor do PASF, colaborando com as demais equipes e garantindo a implementação eficiente das políticas públicas.

AÇÃO 2

Capacitar equipes técnicas do PASF das áreas setoriais

Objetivo	Promover a capacitação contínua das equipes das áreas setoriais envolvidas no PASF, garantindo que todas as iniciativas sejam realizadas de maneira coordenada e eficiente.
Responsável	Núcleo Gestor e instituições parceiras no enfrentamento da IAN.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">Elaborar e implementar um plano de capacitação periódica para as equipes estaduais e municipais, com foco em estratégias de enfrentamento da IAN; eCriar materiais de suporte, como guias e vídeos, para auxiliar nas capacitações e garantir a aplicação das melhores práticas.

**AÇÃO 3****Melhorar o fluxo de articulação e comunicação interna**

Objetivo	Garantir a articulação eficiente entre Núcleo Gestor, órgãos e secretarias setoriais visando uma melhor implementação das iniciativas do PASF e a integração de esforços.
Responsável	Núcleo Gestor.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Criar um Grupo de Trabalho composto por representantes dos órgãos e secretarias do PASF, com a função de articular as ações e garantir o cumprimento das metas estabelecidas; e• Institucionalizar o GT para que sua continuidade seja assegurada, com reuniões periódicas para monitoramento, troca de informações e realização de ações em conjunto.

Recomendação 2: Apoiar a consolidação do SISAN

Justificativa: A adesão dos municípios alagoanos ao SISAN representa um passo estratégico para fortalecer a articulação e a coordenação das políticas públicas de SAN no estado. Esse processo, aliado à instituição do COMSEA, da Política e do Plano Municipal, pode ampliar a participação da sociedade civil e consolidar espaços de controle social, essenciais para a efetividade e sustentabilidade das ações do PASF.

AÇÃO 1**Ampliar a adesão ao SISAN e as capacidades locais**

Objetivo	Estimular a adesão de todos os municípios ao SISAN, de forma que as políticas de segurança alimentar e nutricional sejam implementadas em nível local, com a participação ativa da sociedade civil e com a estrutura necessária para sua execução.
Responsável	CAISAN/AL.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Realizar encontros e oficinas para sensibilizar responsáveis pelas gestões municipais sobre a importância do SISAN e os benefícios da adesão; e• Oferecer suporte técnico para a capacitação das equipes locais, incluindo apoio para a elaboração dos Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e fortalecimento dos Conselhos Municipais.

Recomendação 3: Fortalecer articulação entre o setor saúde e a assistência social

Justificativa: A articulação entre os setores de saúde e assistência social é fundamental para o enfrentamento integral da insegurança alimentar, superando as respostas emergenciais e incorporando políticas públicas que atuem sobre as causas estruturais, como a pobreza e a exclusão social. A integração dos setores possibilita um acompanhamento mais efetivo das necessidades da população e um direcionamento mais preciso das ações e recursos.

AÇÃO 1

Divulgação da Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA)

Objetivo	Garantir que profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) possam identificar rapidamente as pessoas em risco de insegurança alimentar e fornecer o encaminhamento adequado, conforme o TRIA ¹⁸ .
Responsável	SESAU e SEADES.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Organizar oficinas de capacitação nos municípios sobre o uso da TRIA, com foco na identificação precoce de riscos e no atendimento adequado; e• Promover reuniões técnicas para troca de experiências e boas práticas.

AÇÃO 2

Fortalecer a articulação do PASF com o setor saúde e assistência social

Objetivo	Estabelecer um canal constante de comunicação e colaboração entre os setores saúde e assistência social, garantindo a implementação de ações conjuntas.
Responsável	Núcleo Gestor, SESAU e SEADES.
Quando	Médio prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Criar um Grupo de Trabalho composto por representantes do Núcleo Gestor do PASF, SESAU, SEADES, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Unidades Básicas de Saúde (UBS), com o objetivo de coordenar e executar as ações de forma integrada; e• Definir ações conjuntas, como campanhas educativas e atendimento multidisciplinar às famílias em risco, buscando um acompanhamento contínuo.

Recomendação 4: Ampliar o escopo e a cobertura das ações do PASF

Justificativa: A ampliação do escopo e a cobertura das ações do PASF são fundamentais para garantir que as populações mais vulnerabilizadas como povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, sejam priorizadas no atendimento.

¹⁸ A TRIA é uma escala curta, com apenas dois itens, que pode ser utilizada na Atenção Primária à Saúde para identificar domicílios em risco para a IAN. Junto com o monitoramento contínuo do estado nutricional em todas as fases do ciclo da vida, a TRIA tem como objetivo identificar indivíduos em risco de IAN, possibilitando que recebam orientações quanto às iniciativas disponíveis no território para garantia da segurança alimentar e sejam encaminhados para o CRAS. Profissionais da área da saúde, educação e desenvolvimento social podem aplicar a TRIA (Brasil, 2022).

A identificação precisa do público a ser atendido e o mapeamento das necessidades permitem um direcionamento mais eficiente dos recursos e uma cobertura mais abrangente, atingindo as populações em maior risco de insegurança alimentar e nutricional.

AÇÃO 1

Identificar público beneficiário

Objetivo	Garantir que as iniciativas do PASF atendam de forma eficiente as populações em situação de vulnerabilidade, maximizando o impacto do Programa e de cada uma de suas iniciativas.
Responsável	SEPLAG.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none"> Realizar busca ativa nos territórios mais vulnerabilizados; Criar um banco de dados detalhado sobre o público elegível do Programa, em especial indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e famílias rurais; e Monitorar periodicamente o público atendido para avaliar a cobertura de cada uma das iniciativas.

AÇÃO 2

Incluir ações específicas para indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

Objetivo	Garantir que as iniciativas do PASF contemplem as particularidades de grupos específicos, respeitando necessidades e condições de vulnerabilidade.
Responsável	Núcleo Gestor e órgãos e secretarias setoriais.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e implementar estratégias específicas para esses grupos, garantindo o acesso aos benefícios do PASF de forma justa e equitativa.

AÇÃO 3

Integrar políticas públicas dos três níveis de governo

Objetivo	Assegurar que as políticas públicas federais, estaduais e municipais sejam integradas ao PASF, ampliando sua eficácia e garantindo um atendimento completo às populações em situação de vulnerabilidade.
Responsável	Núcleo Gestor.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none"> Levantar todas as políticas públicas em nível federal, estadual e municipal relacionadas ao enfrentamento da fome e da IAN; e Incluir essas políticas no planejamento e monitoramento das ações do PASF, promovendo um alinhamento entre as diferentes esferas de governo e garantindo maior eficiência nas respostas às necessidades da população.

5.1.3. Desenvolvimento das iniciativas técnicas do PASF

As recomendações técnicas foram elaboradas com base na análise da sistematização das iniciativas do PASF e nas boas práticas selecionadas como referência (ANEXO B), sendo categorizadas de acordo com as dimensões da SAN.

a) Quanto à disponibilidade dos alimentos

Recomendação 1: Aumentar o percentual de compras dos alimentos da agricultura familiar

Justificativa: A compra de alimentos da agricultura familiar estimula cadeias curtas de abastecimento, fortalece a economia local e gera renda para as famílias agricultoras, promovendo, assim, a redução das prevalências de IAN nas áreas rurais.

AÇÃO 1

Ampliar percentual de compras de alimentos da agricultura familiar nos equipamentos públicos de SAN

Objetivo	Aumentar a participação da agricultura familiar nas compras realizadas pelos equipamentos de SAN, que já participam do PAA, promovendo a inclusão de produção local e fortalecendo a economia na área rural.
Responsável	SEADES, SEAGRI e SEDUC.
Quando	Médio prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">Elaborar decreto (ou normativa mais viável) para estabelecer o aumento no percentual de compras dos alimentos da agricultura familiar, respeitando a capacidade produtiva das famílias agricultoras.

AÇÃO 2**Ampliar equipamentos públicos de SAN no PAA**

Objetivo	Expandir a participação dos equipamentos de SAN no PAA, promovendo a segurança alimentar e nutricional em diferentes regiões.
Responsável	SEADES e SEAGRI.
Quando	Médio prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar decreto (ou normativa mais viável) para garantir que todos os equipamentos públicos de SAN participem do PAA, com foco na inclusão de alimentos da agricultura familiar em suas aquisições.

AÇÃO 3**Ampliar percentual de alimentos da agricultura familiar no Programa Mais Merenda**

Objetivo	Aumentar a compra de alimentos da agricultura familiar no Programa Mais Merenda, fortalecendo a alimentação escolar com produtos locais e promovendo a segurança alimentar e nutricional de estudantes.
Responsável	SEAGRI e SEDUC.
Quando	Médio prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar decreto (ou normativa mais viável) para estabelecer o aumento no percentual de compras dos alimentos da agricultura familiar, de acordo com a capacidade produtiva das famílias agricultoras, priorizando a aquisição de alimentos <i>in natura</i> e saudáveis no Programa Mais Merenda.

Recomendação 2: Capacitar famílias agricultoras para o PAA

Justificativa: A capacitação das famílias agricultoras busca contribuir para o aumento do nível de escolaridade e estímulo à produção de alimentos e geração de renda.

AÇÃO 1

Prestar assistência técnica e rural às famílias agricultoras

Objetivo	Fortalecer a produção e a organização da agricultura familiar por meio da oferta de assistência técnica e extensão rural continuada, visando ampliar a capacidade produtiva, a qualidade dos alimentos e a participação no PAA.
Responsável	EMATER e SEAGRI.
Quando	Médio prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Realizar um levantamento das famílias agricultoras que fornecem ou que poderão fornecer alimentos para o PAA;• Divulgar entre as famílias as formas de adesão para receber assistência técnica e rural; e• Estruturar um programa de capacitação e suporte técnico continuados.

AÇÃO 2

Ampliar acesso ao Programa do Campo para Sala de Aula

Objetivo	Promover a valorização da agricultura familiar e ampliar o acesso de famílias agricultoras ao Programa do Campo para Sala de Aula, com foco na inclusão produtiva e na educação alinhada às realidades do meio rural.
Responsável	SEAGRI e SEDUC.
Quando	Médio prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Realizar um levantamento das famílias agricultoras que fornecem ou que poderão fornecer alimentos para o Programa do Campo para Sala de Aula;• Divulgar entre as famílias agricultoras as formas de participar do Programa do Campo para Sala de Aula; e• Estruturar um programa de inclusão e suporte técnico continuados.

b) Quanto ao acesso aos alimentos

Recomendação 1: Garantir a qualidade dos alimentos ofertados nos equipamentos públicos de SAN

Justificativa: Garantir a promoção de uma alimentação adequada e saudável para a população em vulnerabilidade social, buscando promover saúde e prevenir o excesso de peso e as Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

**AÇÃO 1****Elaborar Nota Técnica sobre a qualidade dos alimentos ofertados nos equipamentos públicos de SAN**

Objetivo	Estabelecer diretrizes técnicas para orientar a oferta de alimentos nos equipamentos públicos de SAN e nas doações destinadas à população em vulnerabilidade, assegurando padrões mínimos de qualidade nutricional, segurança sanitária e adequação cultural.
Responsável	SEADES e SESAU.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Levantar exemplos de boas práticas estaduais, regionais e nacionais;• Elaborar a primeira versão da Nota Técnica;• Conduzir consulta pública aberta e com os profissionais da gestão pública; e• Validar com as partes interessadas, aprovar e publicar a Nota Técnica.

AÇÃO 2**Garantir a qualidade nutricional dos alimentos ofertados nos equipamentos públicos de SAN**

Objetivo	Assegurar a oferta de refeições nutricionalmente adequadas e alinhadas às diretrizes da SAN nos equipamentos públicos, por meio do monitoramento contínuo da qualidade dos cardápios e da análise de custo-benefício.
Responsável	SEADES.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Selecionar indicadores com base na Nota Técnica sobre a qualidade dos alimentos oferecidos nos equipamentos de SAN, doados e distribuídos para populações em situação de vulnerabilidade; e• Monitorar periodicamente os cardápios de acordo com os indicadores selecionados.

AÇÃO 3**Designar um profissional nutricionista para atuação nos equipamentos públicos de SAN**

Objetivo	Garantir a supervisão técnica e a adequação nutricional dos serviços oferecidos nos equipamentos públicos de SAN.
Responsável	SEADES.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Garantir que todos os equipamentos públicos de SAN tenham um profissional nutricionista responsável por assegurar a qualidade das refeições e a promoção de uma alimentação saudável.

Recomendação 2: Garantir a qualidade da alimentação escolar

Justificativa: Uma alimentação escolar equilibrada e saudável é indispensável para o crescimento, desenvolvimento e desempenho escolar dos estudantes. Nesse contexto, é fundamental que a escola se estabeleça como um ambiente promotor de saúde, oferecendo alimentos *in natura* e minimamente processados, preferencialmente oriundos da agricultura familiar.

AÇÃO 1

Ampliar os recursos ofertados no Programa Mais Merenda

Objetivo	Aumentar os recursos financeiros destinados ao Programa Mais Merenda para garantir uma alimentação escolar de melhor qualidade, com ênfase em produtos frescos, saudáveis e provenientes da agricultura familiar.
Responsável	SEDUC.
Quando	Médio prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Verificar a disponibilidade do uso de recursos estaduais: (i) analisar o orçamento vigente para identificar a quantidade de recursos disponíveis para expandir a alimentação escolar; (ii) consultar a SEFAZ e outras áreas competentes para garantir que o uso desses recursos atenda aos requisitos legais e às diretrizes do Programa; e (iii) elaborar relatório técnico que justifique o aumento da alocação de recursos, incluindo a necessidade de melhorar a qualidade da alimentação escolar; e• Buscar fontes externas de financiamento, incluindo: (i) identificar programas de financiamento regionais ou federais que possam ser acessados por meio da SEPLAG; e (ii) elaborar propostas detalhadas, com metas, prazos e orçamentos, para apresentar a SEPLAG e garantir a viabilidade do financiamento.

AÇÃO 2

Regulamentar alimentos comercializados nas cantinas escolares

Objetivo	Garantir que os alimentos comercializados nas cantinas escolares atendam aos padrões de qualidade nutricional, priorizando alimentos <i>in natura</i> , saudáveis e que contribuam para a promoção de hábitos alimentares saudáveis.
Responsável	SEDUC.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar um diagnóstico inicial sobre a atual oferta de alimentos nas cantinas escolares, identificando os tipos de alimentos vendidos e os fornecedores envolvidos;• Desenvolver um projeto de regulamentação com base nas melhores práticas nacionais e internacionais sobre a comercialização de alimentos em escolas, com foco na restrição de alimentos ultraprocessados;• Estabelecer um sistema de acompanhamento que garanta o cumprimento da regulamentação nas escolas;• Promover capacitação para pessoas responsáveis pelas cantinas escolares, garantindo que estejam preparadas para oferecer opções de alimentos saudáveis e adequados à regulamentação; e• Criar um programa de incentivo à educação alimentar nas escolas, com atividades que envolvam estudantes, pais e responsáveis, promovendo uma cultura de alimentação adequada e saudável.

AÇÃO 3**Melhorar fluxo de distribuição dos alimentos do PAA nas escolas**

Objetivo	Garantir a distribuição eficiente e regular dos alimentos da modalidade doação do PAA, provenientes dos escritórios da EMATER, para as escolas, assegurando que recebam alimentos <i>in natura</i> e de qualidade, dentro de um processo logístico estruturado.
Responsável	SEAGRI, SEDUC e EMATER.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Viabilizar o uso da frota de transporte do governo estadual (própria ou locada) ou estabelecer parcerias com operadores logísticos para garantir a distribuição dos alimentos de forma segura e eficiente;• Mapear as escolas e identificar a demanda de alimentos da EMATER, para definir as quantidades e a frequência das entregas; e• Estabelecer um cronograma de entregas regular para garantir que as escolas recebam os alimentos no tempo necessário, sem comprometer a qualidade dos produtos.

AÇÃO 4**Publicar marco legal para o Programa Mais Merenda**

Objetivo	Formalizar o Programa Mais Merenda como uma política pública de Estado, garantindo sua continuidade, ampliação e sustentabilidade a longo prazo, com base em um marco legal que assegure recursos, diretrizes e estratégias claras.
Responsável	SEDUC.
Quando	Médio prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar decreto (ou normativa mais viável) para o Programa Mais Merenda, especificando suas diretrizes, objetivos, recursos necessários e responsabilidades das partes envolvidas;• Estabelecer critérios de abrangência e parâmetros para a execução do Programa;• Consultar partes interessadas para garantir que o marco legal atenda às necessidades específicas das escolas e estudantes; e• Publicar e divulgar o marco legal, assegurando a transparência ao processo.

Recomendação 3: Fortalecer ações com foco no abastecimento de água de qualidade

Justificativa: O abastecimento de água de qualidade é essencial para a garantia da SAN, buscando prevenir doenças que impactariam a utilização dos alimentos e nutrientes no organismo.

AÇÃO 1

Incluir no PASF ações com foco no abastecimento de água de qualidade

Objetivo	Integrar ao PASF as ações estaduais voltadas ao abastecimento de água de qualidade, promovendo uma abordagem mais abrangente e intersetorial das políticas públicas.
Responsável	Núcleo Gestor
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Articular as ações estaduais em curso relacionadas ao abastecimento de água potável em comunidades urbanas, rurais e tradicionais;• Identificar iniciativas emergenciais e complementares, como perfuração de poços, construção de cisternas, sistemas simplificados de abastecimento, carros-pipa, entre outras iniciativas semelhantes ao Programa de Cisternas e o Programa Mais Água Alagoas; e• Incluir formalmente essas ações no escopo do PASF, integrando-as aos mecanismos de monitoramento e avaliação do Programa.



© Alagoas Sem Fome



© Alagoas Sem Fome

c) Quanto à utilização dos alimentos e nutrientes

Recomendação 1: Garantir estado nutricional monitorado e tratamento adequado na rede socioassistencial

Justificativa: O monitoramento contínuo do estado nutricional das pessoas usuárias da rede socioassistencial é essencial para prevenir e tratar casos de desnutrição, excesso de peso e carência de micronutrientes em todas as fases do ciclo da vida.

AÇÃO 1

Monitorar continuamente o estado nutricional da rede socioassistencial

Objetivo	Acompanhar de forma sistemática o estado nutricional da população em situação de vulnerabilidade, promovendo ações preventivas e de cuidado em saúde e alimentação, com base na articulação entre as políticas de assistência social, saúde e educação.
Responsável	SEDUC, SEADES e SESAU.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a articulação entre a rede de assistência social e a Atenção Primária à Saúde; • Avaliar periodicamente o estado nutricional da população atendida pela rede socioassistencial, com uso de indicadores padronizados; • Registrar os dados obtidos nos sistemas de informação adequados (como SISVAN ou prontuários eletrônicos da APS); e • Garantir encaminhamento adequados nos casos de identificação de desnutrição, excesso de peso ou outras alterações nutricionais.

Recomendação 2: Promover ações de Educação Alimentar e Nutricional de forma continuada

Justificativa: A Educação Alimentar e Nutricional continuada é essencial para a promoção de uma alimentação adequada e saudável, dando autonomia para a população fazer escolhas alimentares mais conscientes.

AÇÃO 1

Fomentar ações contínuas de Educação Alimentar e Nutricional

Objetivo	Promover a EAN de forma permanente e intersetorial, contribuindo para a melhoria dos hábitos alimentares, o empoderamento das pessoas atendidas e a promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional. Essa ação pode ser realizada nos equipamentos públicos de SAN, hortas alimentares e escolas, bem como para pessoas beneficiárias de programas de transferência de renda.
Responsável	SEADES, SEMARH, SESAU e SEDUC.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Incluir as ações de EAN já realizadas no ambiente escolar como parte das iniciativas do PASF;• Fortalecer a articulação entre a rede de assistência social e a Atenção Primária à Saúde para integrar ações educativas sobre alimentação saudável;• Realizar atividades periódicas de EAN, considerando as condições de saúde, os hábitos alimentares e os contextos culturais da população atendida; e• Monitorar e avaliar os resultados das ações educativas, com base em indicadores de progresso.

Recomendação 3: Incluir ações para garantir a dimensão “utilização de alimentos e nutrientes”

Justificativa: Garantir que, além do acesso aos alimentos, a população tenha estrutura adequada para o armazenamento e preparação dos alimentos, incluindo ações voltadas à prevenção e ao tratamento da desnutrição, promovendo a melhor utilização dos nutrientes e a melhoria da saúde.

AÇÃO 1

Incluir ações voltadas à desnutrição e obesidade

Objetivo	Integrar ao PASF as ações existentes voltadas à prevenção e ao tratamento da desnutrição e da obesidade, com foco especial na infância e na gestação, promovendo uma abordagem mais abrangente da SAN no estado.
Responsável	Núcleo Gestor e SESAU.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Realizar um mapeamento intersetorial das ações existentes no estado e municípios que abordam a desnutrição e a obesidade, com ênfase nas crianças e gestantes e incluindo ações da saúde, assistência social, educação e outras áreas correlatas;• Analisar a compatibilidade dessas ações com os objetivos do PASF, priorizando aquelas que promovam a utilização adequada dos alimentos e a promoção da saúde nutricional; e• Integrar as ações selecionadas ao escopo do PASF e nos instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação do Programa.

AÇÃO 2**Incluir ações voltadas ao fornecimento de gás e armazenamento adequado dos alimentos**

Objetivo	Integrar ao PASF ações voltadas ao fornecimento de gás e ao armazenamento adequado de alimentos, visando garantir condições adequadas para o preparo e conservação de alimentos, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade social.
Responsável	Núcleo Gestor.
Quando	Curto prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Realizar um mapeamento das ações existentes no estado e municípios que promovam o fornecimento de gás de cozinha e/ou garantam estrutura adequada para o armazenamento e preparo de alimentos nos domicílios;• Analisar a compatibilidade dessas ações com os objetivos do PASF, priorizando aquelas que promovam a utilização segura e adequada dos alimentos recebidos; e• Integrar as ações selecionadas ao escopo do PASF e nos instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação do Programa.

AÇÃO 3**Incluir ações voltadas a cozinhas e reservatórios de alimentos**

Objetivo	Incluir ao PASF ações voltadas à melhoria das cozinhas e reservatórios de alimentos em domicílios e instituições, visando aprimorar as condições estruturais, higiênico-sanitárias e de armazenamento, assegurando uma melhor qualidade na preparação e conservação dos alimentos.
Responsável	Núcleo Gestor.
Quando	Médio prazo.
Como	<ul style="list-style-type: none">• Realizar um mapeamento das ações existentes nos setores privados e públicos que promovam a melhoria das condições estruturais e higiênico-sanitárias dos domicílios e instituições;• Analisar a compatibilidade dessas ações com os objetivos do PASF, priorizando aquelas que promovam o armazenamento, preparação e conservação adequada dos alimentos; e• Integrar as ações selecionadas ao escopo do PASF e nos instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação do Programa.

5.2. Recomendações para o Observatório de Políticas Públicas de Alagoas

O Observatório de Políticas Públicas de Alagoas consiste em uma plataforma interativa que possibilita o monitoramento dos ODS nos 102 municípios do estado, com indicadores desagregados a nível municipal, estadual ou por regiões de planejamento. A incorporação de indicadores relacionados a temáticas específicas de políticas estaduais é uma forma de consolidar a plataforma como um espaço atualizado, relevante e prático para a tomada de decisão.

O Quadro 3 apresenta recomendações para a sua atualização, buscando aumentar o seu potencial de contribuição para o monitoramento e avaliação de políticas públicas para a segurança alimentar e nutricional em Alagoas.

Quadro 3 - Matriz de recomendações para o Observatório de Políticas Públicas

Dimensão	Ações propostas
Disponibilidade dos dados	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir uma ferramenta para apresentar dados desagregados por gênero, faixa etária, renda e raça, quando disponíveis; • Atualizar os dados periodicamente, garantindo que a plataforma permaneça atualizada; e • Inserir a matriz de indicadores proposta para monitorar e avaliar a SAN no estado.
Funcionalidades da plataforma	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir um filtro que permita a seleção de indicadores relacionados a programas específicos, como o PASF; • Adicionar uma página com instruções detalhadas sobre o uso dos dados e os formatos de visualizações do Observatório; • Oferecer a opção de selecionar vários municípios e regiões de planejamento, possibilitando a comparação de indicadores tanto entre municípios quanto entre regiões; e • Implementar uma funcionalidade para geração de relatórios por município ou região de planejamento, permitindo a seleção de um ou mais ODS e indicadores.
Visualização dos dados	<ul style="list-style-type: none"> • Atualizar o ranking dos municípios; • Incluir a visualização dos indicadores em mapas interativos do estado de Alagoas, facilitando a comparação dos dados entre os municípios; • Permitir a visualização do ranking completo dos 102 municípios para cada indicador; e • Incluir, para cada indicador, o resultado para o Brasil, a região Nordeste e o estado de Alagoas, a fim de facilitar a avaliação do desempenho de cada município.
Disseminação dos dados	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a disseminação dos dados por meio de divulgação nas redes sociais e nos sites do Governo de Alagoas e do ONU-Habitat; • Incluir uma pesquisa de satisfação e identificação da pessoa usuária, com o objetivo de verificar se a plataforma está atingindo o público destinatário e utilizada para a tomada de decisões; e • Enviar e-mail as partes interessadas quando os dados forem atualizados ou quando novos indicadores forem adicionados.

Fonte: Elaboração própria, 2025

Com base nos indicadores disponíveis no Brasil para cada dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional (ANEXO 3), foram propostos indicadores específicos para o acompanhamento da temática no estado, os quais podem auxiliar no monitoramento e avaliação do PASF, no âmbito do Observatório.

A seleção priorizou indicadores públicos e acessíveis, com dados desagregados para o estado de Alagoas ou para os seus 102 municípios, com destaque para aqueles que ainda não estão identificados no Observatório, conforme Quadro 4.

Quadro 4 - Matriz de indicadores de SAN

Disponibilidade 	Nome do indicador	Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários
	Definição do indicador	Área total ocupada por todos os estabelecimentos agropecuários em hectares.
	Fonte dos dados	Censo Agropecuário (2017).
	Nível de desagregação	Municipal.
	Disponível no OPP/AL	Não.
	Nome do indicador	Percentual dos estabelecimentos classificados como agricultura familiar
	Definição do indicador	Percentual dos estabelecimentos classificados como agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos agropecuários.
	Fonte dos dados	Censo Agropecuário (2017).
	Nível de desagregação	Municipal.
	Disponível no OPP/AL	Não.
	Nome do indicador	Percentual de produtores de agricultura familiar com financiamento (%)
	Definição do indicador	Percentual dos estabelecimentos de agricultura familiar que receberam algum tipo de financiamento da produção (governamental e/ou privado).
	Fonte dos dados	Censo Agropecuário (2017).
	Nível de desagregação	Municipal.
	Disponível no OPP/AL	Sim.
	Nome do indicador	Percentual de produtores de agricultura familiar com orientação técnica externa (%)
Definição do indicador	Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar que receberam orientação técnica (governamental, privada ou ONGs).	
Fonte dos dados	Censo Agropecuário (2017).	
Nível de desagregação	Municipal.	
Disponível no OPP/AL	Sim.	



Acesso

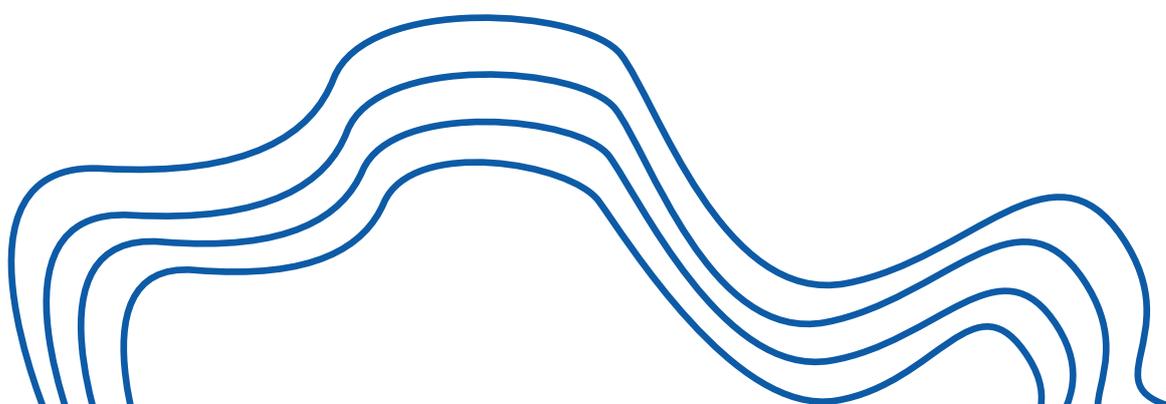
Nome do indicador	Prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional
Definição do indicador	Percentual de domicílios com Insegurança Alimentar leve, moderada ou grave segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)
Fonte dos dados	PNAD Contínua (2023).
Nível de desagregação	Estadual.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional moderada ou grave
Definição do indicador	Percentual de domicílios com Insegurança Alimentar leve, moderada ou grave segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).
Fonte dos dados	PNAD Contínua (2023).
Nível de desagregação	Estadual.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de aleitamento materno exclusivo
Definição do indicador	Percentual de crianças até 5 meses e 29 dias que receberam exclusivamente leite materno no dia anterior.
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Nível de desagregação	Municipal.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de aleitamento materno entre crianças menores de 2 anos
Definição do indicador	Percentual de crianças menores de 2 anos que receberam leite materno no dia anterior.
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Nível de desagregação	Municipal.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Diversidade alimentar mínima
Definição do indicador	Proporção de crianças de 6 a 23 meses e 29 dias que receberam seis grupos de alimentos no dia anterior.
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Nível de desagregação	Municipal.
Disponível no OPP/AL	Não.

Nome do indicador	Consumo de alimentos ultraprocessados
Definição do indicador	Proporção de indivíduos que consumiram alimentos ultraprocessados no dia anterior (indicador disponível para crianças de 6 a 23 meses e 29 dias, crianças de 2 a 4 anos, crianças de 5 a 9 anos, adolescentes, adultos, idosos e gestantes).
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Nível de desagregação	Estadual.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Consumo de fruta
Definição do indicador	Proporção de indivíduos que consumiram fruta no dia anterior (indicador disponível para crianças de 2 a 4 anos, crianças de 5 a 9 anos, adolescentes, adultos, idosos e gestantes).
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Nível de desagregação	Estadual.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Consumo de verduras e legumes
Definição do indicador	Proporção de indivíduos que consumiram verduras e legumes no dia anterior (indicador disponível para crianças de 2 a 4 anos, crianças de 5 a 9 anos, adolescentes, adultos, idosos e gestantes).
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Nível de desagregação	Municipal.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Percentual da população atendida com serviço de abastecimento de água (%)
Definição do indicador	População atendida com serviços de abastecimento de água, por todos os tipos de prestadores (administração pública direta; autarquias; empresa privada; empresa pública; organização social; sociedade de economia mista com administração privada; sociedade de economia mista com administração pública).
Fonte dos dados	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.
Nível de desagregação	Municipal.
Disponível no OPP/AL	Sim.
Nome do indicador	Percentual de domicílios particulares permanentes com, pelo menos, um morador quilombola, por forma principal de abastecimento de água (%)
Definição do indicador	Percentual dos domicílios particulares permanentes com, pelo menos, um morador quilombola, por forma principal de abastecimento de água, existência de acesso à rede geral de distribuição de água, e existência de canalização de água.
Fonte dos dados	Censo Demográfico (2022).
Nível de desagregação	Municipal.
Disponível no OPP/AL	Não.



Utilização

Nome do indicador	Percentual de crianças com baixo peso ao nascer
Definição do indicador	Percentual de crianças de 0 a 6 meses com baixo peso ao nascer em relação ao total de nascidos vivos.
Fonte dos dados	DataSUS (Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos).
Nível de desagregação	Municipal.
Disponível no OPP/AL	Sim.
Nome do indicador	Prevalência de magreza entre crianças menores de 5 anos
Definição do indicador	Percentual de crianças de 0 a 59 meses com IMC para a idade com escore-z <-2 DP.
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Nível de desagregação	Municipal.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de baixa estatura entre crianças menores de 5 anos
Definição do indicador	Percentual de crianças de 0 a 59 meses com estatura para a idade com escore-z <-2 DP.
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Nível de desagregação	Municipal.
Disponível no OPP/AL	Não.



Nome do indicador	Prevalência de excesso de peso entre crianças menores de 5 anos
Definição do indicador	Percentual de crianças de 0 a 59 meses com IMC para a idade com escore-z >+2 DP.
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Nível de desagregação	Municipal.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de excesso de peso entre crianças de 5 a 9 anos
Definição do indicador	Percentual de crianças de 5 a 9 anos com IMC para a idade com escore-z >+1 DP.
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Nível de desagregação	Municipal.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de obesidade em adultos
Definição do indicador	Percentual de adultos maiores de 18 anos com IMC $\geq 30,0$ kg/m ² .
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Nível de desagregação	Municipal.
Disponível no OPP/AL	Não.

Fonte: Elaboração própria, 2025.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. Considerações finais

O Alagoas sem Fome é uma iniciativa multidimensional voltada ao enfrentamento da fome e da insegurança alimentar no estado. Amparado por uma base legal, o Programa promove a articulação intersetorial entre órgãos e secretarias estaduais, entidades privadas, setor produtivo e sociedade civil, sob a coordenação do Núcleo Gestor, conferindo maior visibilidade e prioridade às políticas públicas estaduais.

Embora avanços significativos tenham sido alcançados no curto prazo de sua implementação, persistem desafios institucionais a serem superados, como o fortalecimento da gestão integrada e do controle social, a criação de um sistema de indicadores para monitoramento e avaliação da temática, a priorização dos grupos em situação de maior vulnerabilidade e o investimento em ações que promovam a autonomia alimentar das pessoas beneficiárias.

Além disso, o Programa pode se tornar mais eficaz ao adotar estratégias abrangentes e soluções duradouras, focadas na geração de renda e inclusão social, contribuindo para romper os ciclos de pobreza multidimensional e assegurar o acesso à alimentação adequada e saudável.

Por fim, o Observatório de Políticas Públicas de Alagoas desempenha um papel fundamental no aprimoramento do Programa, pois a incorporação de indicadores de segurança alimentar e nutricional permitirá o acompanhamento contínuo dessa temática. Espera-se que essa Análise Temática contribua para qualificar a tomada de decisões na gestão pública, fortalecer as iniciativas estaduais e impulsionar o estado no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Alagoas.



Referências bibliográficas

AFONSO, L. F. C.; CORRÊA, N. A. F.; SILVA, H. P. **Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades quilombolas no Brasil: um balanço da literatura indexada.** Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 27, p. 1-13. 2020.

ALAGOAS. Decreto nº 95.531, de 2 de fevereiro de 2024. Institui o Conselho Estadual Alagoas sem Fome, e dá Outras Providências. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, Maceió, AL: BRASIL, 2024a. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/apinova/api/editions/viewPdf/49711>. Acesso em: março de 2025.

_____. Portaria nº 101, de 28 de fevereiro de 2024. Estabelece critérios operacionais visando promover o fomento produtivo através de organizações representativas de produtores rurais, bem como através de produtores rurais da agricultura familiar, e ainda, através de ente federativo municipal, com distribuição pela SEAGRI de sementes para plantio em todo o Estado de Alagoas. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, Maceió, AL: BRASIL, 2024b.

_____. Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Maceió, AL: BRASIL, 2024c. Disponível em: <https://www.emater.al.gov.br/programas-e-projetos/programa-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: novembro de 2024.

_____. Lei nº 9.128, de 26 de dezembro de 2023. Institui o Programa Alagoas Sem Fome no Âmbito do estado de Alagoas, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, Maceió, 27 dezembro. 2023. nº 2224, p. 1.

_____. Decreto nº 4.030, de 16 de julho de 2008. Regulamenta o funcionamento do conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA-AL, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, Maceió, 17 julho. 2008. p. 1.

ALAGOAS SEM FOME. **Programa Alagoas Sem Fome**. Maceió, AL: BRASIL, 2024. Disponível em: <https://alagoassemfome.al.gov.br/>. Acesso em: outubro de 2024.

ASKARI, M. *et al.* **Ultra-processed food and the risk of overweight and obesity: a systematic review and meta-analysis of observational studies.** International journal of obesity, Londres, v. 44, n. 10, p. 2080-2091, outubro. 2020.

ATHILA, A. R.; LEITE, M. S. **“A medida da fome”: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e**

os povos indígenas no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 10, p. e00208019. 2020.

BAHIA. Lei nº 14.635 de 28 de novembro de 2023. Institui o Programa Bahia Sem Fome e cria a Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome, na forma que indica, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, novembro de 2024. p. 1.

BID: Banco Interamericano de Desarrollo. **¿Cómo funciona el Programa Juntos?:** Mejores prácticas en la implementación de programas de transferencias monetarias condicionadas en América Latina y el Caribe. Washington, DC: EUA, 2018. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/como-funciona-el-programa-juntos-mejores-practicas-en-la-implementacion-de-programas-de>. Acesso em: agosto de 2024.

_____. **How does Prospera Work?: Best Practices in the Implementation of Conditional Cash Transfer Programs in Latin America and the Caribbean.** Washington, DC: EUA, 2016. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/how-does-prospera-work-best-practices-implementation-conditional-cash-transfer-programs-latin>. Acesso em: agosto de 2024.

BIETE, C. *et al.* **Household food insecurity and symptoms of anxiety and depression during pregnancy: Systematic review and meta-analysis.** Maternal & child nutrition, Oxford, v e13714. setembro. 2024.

BRASIL. Portaria MDS nº 977, de 5 de abril de 2024. Estabelece regras e procedimentos para o cadastro e habilitação de cozinhas solidárias no âmbito do Programa Cozinha Solidária. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: BRASIL, 2024a Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Programa_Cozinha_Solidaria/Legislacao/Portaria_MDS_N_977_DE_5_DE_ABRIL_DE_2024.pdf. Acesso em: março de 2025.

_____. Portaria MDS nº 978, de 5 de abril de 2024. Estabelece regras e procedimentos para o credenciamento de entidades privadas sem fins lucrativos no âmbito do Programa Cozinha Solidária. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: BRASIL, 2024b. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Programa_Cozinha_Solidaria/Legislacao/Portaria_MDS_N_978_DE_5_DE_ABRIL_DE_2024.pdf. Acesso em: março de 2025

_____. Ministério da Saúde. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN**. Brasília, DF: BRASIL, 2023a. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>. Acesso em: outubro de 2024.

_____. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2023 - vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2023. Brasília, DF: BRASIL, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2023-vigilancia-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas-por-inquerito-telefonico/view>. Acesso: outubro de 2024.

_____. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: BRASIL, 2023c.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)**. Brasília, DF: BRASIL, 2023d. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/servicos/empregador/programa-de-alimentacao-do-trabalhador-pat/faq-atualizacao-cgsst_ago23.pdf. Acesso em: agosto de 2024.

_____. Decreto nº 11.700, de 18 de agosto de 2023. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: BRASIL, 2023e.

_____. Ministério da Saúde. **Insegurança alimentar na atenção primária à saúde**: manual de identificação dos domicílios organização da rede. Brasília, DF: BRASIL, 2022. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo_inseguranca_alimentar_aps.pdf. Acesso em: outubro de 2024.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view>. Acesso em: agosto de 2024.

_____. Decreto nº 9.606, de 22 de novembro de 2018. Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 dezembro. 2018. Seção 1, p. 29.

_____. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 novembro. 2017. Seção 1,p. 3.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Brasília, DF: BRASIL 2015. Disponível em: https://www.fnede.gov.br/phocadownload/programas/alimentacao_escolar/Material_de_divulgacao/pnae_cartilha_2015.pdf. Acesso em: outubro de 2024.

_____. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília, DF: BRASIL, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view. Acesso em: outubro de 2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: BRASIL, 2012. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/marco_EAN.pdf. Acesso em: outubro de 2024.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 setembro. 2006. Seção 1, p. 1.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 outubro. 1988. Seção 1, p. 1.

CEARÁ. Lei Nº18.312, de 17 de fevereiro de 2023. Institui o programa Ceará sem fome, cria as redes de unidades sociais produtoras de refeições no combate à fome no estado do Ceará e altera o dispositivo da lei nº 14.335, de 20 de abril de 2009. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, CE: BRASIL, 2023 Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/seguridade-social-e-saude/item/8258-lei-n-18-312-de-17-02-2023-d-o-17-02-2023>. Acesso em: março de 2025.

CHILE. MINISTERIO DE AGRICULTURA. **Programa de Desarrollo Territorial Indígena (PDTI)**. Santiago, Metropolitana de Santiago: CHILE, 2014. Disponível em: <http://www.indap.gob.cl/plataforma-de-servicios/programa-de-desarrollo-territorial-indigena-indap-conadi-pdti>. Acesso em: agosto de 2024.

COLÔMBIA. MINISTERIO DE EDUCACION NACIONAL (MINEDUCACION). Bogotá, Cudinarmarca: COLOMBIA, 2014. **Enfoque del Programa de Alimentación Escolar (PAE)**. Disponível em:

https://www.mineduacion.gov.co/1621/articles-235135_archivo_pdf_enfoque_PAE.pdf. Acesso em: agosto de 2024.

CUSTÓDIO, M. B.; FREITAS, R. M. S. **Monitoramento em Foco: Indicadores como instrumentos de Monitoramento de Políticas Públicas e parâmetros de qualidade**. Brasília, DF: BRASIL, 2022. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_228.pdf. Acesso em: outubro de 2024.

ENAP: Fundação Escola Nacional de Administração Pública. **Guia referencial para construção e análise de indicadores**. Brasília, DF: BRASIL, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6154/1/GR%20Construindo%20e%20Analisando%20Indicadores%20-%20Final.pdf>. Acesso em: novembro de 2024.

FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024** – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Roma, ITÁLIA, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cd1254en>. Acesso em: outubro de 2024.

_____. **FAO Framework for the Urban Food Agenda**. Roma, ITÁLIA, 2020. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/8119cb03-78ad-48db-87d2-73684360acc>. Acesso em: outubro de 2024.

_____. **O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. Brasília, DF: BRASIL, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SANnoBRasil.pdf. Acesso em: outubro de 2024.

_____: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Food Security**. Roma, ITÁLIA, 2006. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/templates/faoitaly/documents/pdf/pdf_Food_Security_Cocept_Note.pdf. Acesso em: outubro de 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segurança Alimentar 2023**. Rio de Janeiro, RJ: BRASIL, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.IBGE.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf>. Acesso em: outubro de 2024.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: BRASIL, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.IBGE.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>. Acesso em: outubro de 2024.

_____. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro, RJ: BRASIL, 2019. Disponível em: https://biblioteca.IBGE.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: março de 2025.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. **Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199. janeiro, 2011.

LANE, M. M. et al. **Ultraprocessed food and chronic noncommunicable diseases: A systematic review and meta-analysis of 43 observational studies**. Obesity reviews, Oxford, v. 22, n. 3, p. e13146. março. 2021.

MAIA, E. G. et al. **What to expect from the price of healthy and unhealthy foods over time? The case from Brazil**. Public Health Nutrition, Cambridge, v. 23, n. 4, p. 579-588. janeiro, 2020.

MANIKAS, I.; ALI B. M.; SUNDARAKANI, B. **A systematic literature review of indicators measuring food security**. Review Agric Food Secur, Londres, v. 12, n. 1, p. 10, maio. 2023.

MÉXICO. **¿Qué es Prospera?** Cidade do México, DF: MÉXICO, 2016. Disponível em: <https://www.gob.mx/becasbenitojuarez/documentos/que-es-prospera>. Acesso em: agosto de 2024.

_____. **Acuerdo por el que se emiten las Reglas de Operación de PROSPERA Programa de Inclusión Social, para el ejercicio fiscal 2015**. Cidade do México, DF: MÉXICO, 2014. Disponível em: https://dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=&fecha=31/12/1969#gsc.tab=0. Acesso em: Agosto de 2024.

MONEGO, E. T. et al. **(In)segurança Alimentar em Comunidades Quilombolas do Tocantins**. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 17, n. 1, p. 37-47, setembro. 2010.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: BRASIL, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: outubro de 2024.

NILSON, E. A. F. et al. **Custos atribuíveis a obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde, Brasil, 2018**. Pan American Journal of Public Health, v. 44. maio, 2020.

OPAS: Organização Pan-Americana da Saúde. **Prevenção e gestão de conflitos de interesse em programas de nutrição no âmbito nacional:**

Roteiro de implementação do projeto de abordagem da Organização Mundial da Saúde nas Américas. Washington, ESTADOS UNIDOS, 2022. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/55947/OPASNMH%20RF%2021%200014_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: dezembro de 2024.

ONU: Organização das Nações Unidas. **Nova Agenda Urbana**. Nova Iorque, NY: ESTADOS UNIDOS, 2017. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em: outubro de 2024.

ONU-Habitat: Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. **Observatório de Políticas Públicas de Alagoas**. Maceió, AL: BRASIL, 2024. Disponível em: <https://observatorio.al.gov.br/>. Acesso em: outubro de 2024.

PÉREZ-ESCAMILLA, R. *et al.* **Food security measurement and governance: Assessment of the usefulness of diverse food insecurity indicators for policy makers**. *Global Food Security*, v. 14, p. 96-104, setembro, 2017.

REDE PENSSAN: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo, SP: BRASIL, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: outubro de 2024.

SALDIVAR-FRAUSTO, M. *et al.* **Effect of a conditional cash transference program on food insecurity in Mexican households: 2012–2016**. *Public Health Nutrition*, Cambridge, v. 25, n. 4, p. 1084-1093, abril, 2022.

SANTOS, L. M. P.; PASQUIM E. M.; SANTOS, S. M. C. **Programas de transferência de renda no Brasil: um estudo multidimensional da implementação do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1821-1834, março, 2011.

SILVA, E. K. P. *et al.* **Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 4, p. e00005716, junho, 2017.

SNIS: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Diagnóstico Temático: Serviços de Água e Esgoto – Visão Geral ano de referência 2022**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos-snis>. Acesso em: maio de 2025.

SOUSA, H. S. V.; OLIVEIRA; M. R. M. **Atuação do nutricionista nas ações de educação alimentar e nutricional nos equipamentos públicos do município de Lauro de Freitas, Bahia**. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 29, p. 1-12, out, 2020.

TESTA, M. G. *et al.* **Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários**. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 1519-1541, nov, 2013.

THIELMAN, J. *et al.* **Cross-sectional analysis of the association between household food insecurity and mental health conditions in children aged 5-11 years in Canada**. *BMJ Open*, Londres, v. 14, n. 6, p. e081538, junho, 2024.

WFP: World Food Program. **WFP Urban Strategy Achieving zero hunger in an urbanising world**. Roma, ITÁLIA, 2023. Disponível em: https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000150406/download/?_ga=2.200632942.1980222502.1727806950-696881029.1727806950. Acesso em: outubro de 2024.





ANEXOS

ANEXO 1.

ALINHAMENTO DAS INICIATIVAS DO PASF AOS ODS

O quadro abaixo apresenta a relação das iniciativas selecionadas para a Análise Temática com as dimensões da SAN, os ODS e as metas correspondentes.



Iniciativas do PASF	Dimensão da SAN	ODS relacionados	Relação com as metas dos ODS
Programa de Aquisição de Alimentos	Disponibilidade do alimento Acesso aos alimentos		<p>1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.</p> <p>1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.</p>
			<p>2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.</p> <p>2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.</p>

Iniciativas do PASF	Dimensão da SAN	ODS relacionados	Relação com as metas dos ODS
Programa de Aquisição de Alimentos	Disponibilidade do alimento Acesso aos alimentos		10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra. 10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.
			11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
Hortas alimentares	Disponibilidade do alimento Acesso aos alimentos		2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
			10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.
Cartões Alagoas Sem Fome	Acesso aos alimentos		2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
			10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.
Programa Bolsa Alimenta	Acesso aos alimentos		4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
			2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
			10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra. 10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.
Complexos Nutricionais	Acesso aos alimentos		2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
			10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.

Iniciativas do PASF	Dimensão da SAN	ODS relacionados	Relação com as metas dos ODS
Restaurantes populares	Acesso aos alimentos		2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade
			11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
Programa Cozinha Solidária	Acesso aos alimentos		2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
			10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.
Arrecadação e doação de alimentos	Disponibilidade do alimento		2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
	Acesso aos alimentos		10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.
Programa Mais Merenda	Acesso aos alimentos		2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
			4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes. 4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.
Fábrica de alimentos	Acesso aos alimentos		2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

Iniciativas do PASF	Dimensão da SAN	ODS relacionados	Relação com as metas dos ODS
Fábrica de alimentos	Acesso aos alimentos		12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos <i>per capita</i> mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
Projeto Padarias Artesanais	Acesso aos alimentos		1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia. 1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.
			4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
Programa Leite do Coração	Acesso aos alimentos		2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
Programa Planta Alagoas	Disponibilidade do alimento Acesso aos alimentos		1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia. 1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.
			2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. 2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.
			10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

ANEXO 2.

BOAS PRÁTICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

A presente Análise Temática apresenta um levantamento de boas práticas, tanto nacionais quanto internacionais, que poderão contribuir para o fortalecimento do PASF.

INDICADORES DE DISPONIBILIDADE

Nome da iniciativa	Objetivo	Público	Pontos fortes
Bancos de Alimento	Garantir a segurança alimentar e nutricional e a redução das perdas e desperdícios de alimentos que ocorrem na cadeia produtiva, realizando essa função por meio da arrecadação, seleção, armazenamento e distribuição de alimentos a populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional.	Entidades socio-assistenciais que fornecem alimentação para a população vivendo em situações de vulnerabilidade social e em insegurança alimentar e nutricional.	Foco em uma alimentação adequada e saudável de acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira. Foi instituída a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, que busca a integração da atuação dos bancos de alimentos, contribuindo para a redução do desperdício de alimentos e para garantir o direito humano à alimentação adequada. Os bancos também incluem atividades de educação alimentar e nutricional.
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	Melhorar as condições nutricionais das pessoas trabalhadoras visando à promoção de sua saúde e prevenção das doenças profissionais, por meio da concessão de incentivos fiscais.	Pessoas trabalhadoras de baixa renda que atuam em locais nos quais as empresas aderiram ao PAT.	O profissional nutricionista é responsável técnico pela execução do PAT, buscando promover uma alimentação adequada e saudável às pessoas trabalhadoras.
Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana	<p>Promover a agricultura sustentável em áreas urbanas e periurbanas, garantindo acesso à alimentação saudável e segurança alimentar, e à inclusão socioeconômica, geração de renda, conservação ambiental, manejo sustentável e transição agroecológica.</p> <p>Incentivar a circularidade dos alimentos, por meio da redução de perdas e desperdícios, e promover o desenvolvimento de cidades saudáveis e resilientes às mudanças climáticas, enfrentando o racismo ambiental e adotando práticas integradas de mitigação e adaptação.</p>	Os entes federativos que tiverem aderido ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, os grupos em situação de vulnerabilidade social, e as regiões periféricas.	Entre as linhas de ação do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, são incluídas a produção de base agroecológica ou orgânica; beneficiamento, abastecimento e comercialização de produtos da agricultura urbana e periurbana; educação alimentar, nutricional e ambiental; e assistência e fortalecimento de capacidades produtivas, técnicas e gerenciais das pessoas agricultoras urbanas e periurbanas.

Nome da iniciativa	Objetivo	Público	Pontos fortes
Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana	Fomentar a participação da juventude e das mulheres na agricultura urbana, fortalecer circuitos curtos de comercialização e enfrentar a insegurança alimentar associada a desigualdades de raça, etnia e gênero.		
Programa Cisternas	Promover o acesso à água para consumo humano e produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo.	Famílias rurais de baixa renda e equipamentos públicos rurais afetados pela seca ou falta de água, sendo priorizados povos e comunidades tradicionais.	Disponibilidade de diferentes tecnologias sociais, promovendo adaptação a diferentes contextos e populações.
Ceará Sem Fome	Enfrentar a fome das populações em situação de pobreza e de extrema pobreza no estado, implicando a formulação, o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas efetivas que possibilitem a redução gradual da insegurança alimentar e nutricional no Ceará, garantindo às pessoas em situação de vulnerabilidade social o direito humano à alimentação adequada e saudável, com o acesso a refeições, mediante especialmente a criação da Rede de Unidades Sociais Produtoras de Refeições no Combate à Fome.	Populações em situação de pobreza e de extrema pobreza.	Disponibilidade de diferentes ações intersetoriais envolvendo instituições públicas e privadas. Foi publicada nota técnica que busca dar orientações sobre as refeições fornecidas nas Unidades Sociais Produtoras de Refeições, buscando promover uma alimentação saudável e de qualidade nutricional, sendo priorizados os alimentos <i>in natura</i> e minimamente processados. Inclui também ações de capacitação para apoiar a população a entrar no mercado de trabalho e empreender.
Bahia Sem Fome	Garantir às pessoas em situação de vulnerabilidade social o acesso a alimentos em qualidade e quantidade necessárias à garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, bem como promover a segurança alimentar e nutricional.	Famílias extremamente pobres no campo e na cidade.	Inclui entre os princípios e diretrizes o incentivo à educação alimentar e nutricional na Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome. É composto por ações intersetoriais que envolvem o governo estadual, municípios, movimentos sociais, setor privado, organizações da sociedade civil, entre outros.

BOAS PRÁTICAS INTERNACIONAIS EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Nome da iniciativa	Objetivo	Público	Pontos fortes
Prospera (México)	Fortalecer o cumprimento efetivo dos direitos sociais que melhoram as capacidades das pessoas em situação de pobreza por meio de ações que expandam o desenvolvimento das suas capacidades em alimentação, saúde e educação e o acesso a outras dimensões do bem-estar, contribuindo para quebrar o ciclo intergeracional de pobreza (México, 2014; 2016; Saldivar-Frausto, 2022).	Famílias com renda <i>per capita</i> inferior à linha mínima de bem-estar.	Componente alimentar com apoio financeiro para melhorar a quantidade, a qualidade e a diversidade da alimentação da família. Apresenta condiciona- lidades de educação e saúde, incluindo o comparecimento às consultas por toda a família. Inclui também a distribuição de suplementos alimentares para gestantes, lactantes e crianças de 6 a 59 meses.
Programa de Alimentación Escolar (Chile)	Contribuir para o acesso e permanência de crianças e adolescentes em idade escolar e inscritos em matrículas oficiais, promovendo estilos de vida saudáveis e melhorando a sua capacidade de aprendizagem, por meio da oferta de alimentação.	Crianças e adolescentes de áreas urbanas e rurais, de diferentes etnias, cadastradas como estudantes oficiais, e financiadas com recursos do Sistema Geral de Participação.	Disponibilidade de alimentação de qualidade para estudantes. Além disso, a partir de 2012, o Chile introduziu a rotulagem nutricional frontal para açúcar, gorduras, sódio e calorias. Os produtos com alertas não podem conter marketing para crianças menores de 14 anos, e sua venda é proibida nas escolas.
Lineamentos para la adquisición y preparacion de alimentos saludables em los programas de estado (Colômbia)	Fornecer um quadro de referência por meio de orientações técnicas e metodológicas para o desenvolvimento de ações associadas à alimentação e nutrição dos serviços sociais que oferecem apoio alimentar, com o objetivo de fornecer alimentação saudável e de qualidade as pessoas beneficiárias.	Pessoas beneficiárias dos serviços sociais que oferecem apoio alimentar na Secretaria Distrital de Integração Social.	Pactuação de diretrizes para regular a aquisição de alimentos adquiridos e preparados nos programas públicos, incentivando a doação e distribuição de alimentos saudáveis.
Programa de Desarrollo Territorial Indígena (PDTI) (Chile)	Fortalecer as diferentes estratégias da economia dos povos indígenas, incluindo suas famílias, comunidades ou qualquer outra forma de organização, baseada em atividades florestais, agrícolas e afins, de acordo com sua própria visão de desenvolvimento.	Povos originários, incluindo suas famílias, comuni- dades ou qualquer outra forma de organização.	Foco no desenvolvimento de capacidades produtivas, com ênfase no desenvolvimento sustentável e empoderamento dos povos originários, facilitando o acesso a estratégias de fomento.
Juntos (Peru)	Contribuir para a geração do capital humano e romper com a transmissão intergeracional da pobreza.	Famílias que moram em distritos com uma incidência de pobreza maior que 40%, que estejam abaixo da linha definida como pobreza e que possuam na família pelo menos uma gestante, criança ou adolescente até a conclusão do ensino médio ou até completar 19 anos.	Programa de transferência de renda condicionada, com foco nas condicionalidades de saúde e educação. Destaca-se o seu sistema de informação, pois oferece informações em tempo real, incluindo o cumprimento das condicionalidades, e possibilita a emissão de relatórios por domicílio.

ANEXO 3.

INDICADORES DE SAN NO BRASIL



Disponibilidade

Nome do indicador	Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários
Definição do indicador	Área total ocupada por todos os estabelecimentos agropecuários em hectares.
Fonte dos dados	Censo Agropecuário (2017).
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Percentual dos estabelecimentos classificados como agricultura familiar
Definição do indicador	Percentual dos estabelecimentos classificados como agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos agropecuários.
Fonte dos dados	Censo Agropecuário (2017).
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Percentual de produtores de agricultura familiar com financiamento (%)
Definição do indicador	Percentual dos estabelecimentos de agricultura familiar que receberam algum tipo de financiamento da produção (governamental e/ou privado).
Fonte dos dados	Censo Agropecuário (2017).
Disponível no OPP/AL	Sim.
Nome do indicador	Percentual de produtores de agricultura familiar com orientação técnica externa (%)
Definição do indicador	Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar que receberam orientação técnica (governamental, privada ou ONGs).
Fonte dos dados	Censo Agropecuário (2017).
Disponível no OPP/AL	Sim.



Nome do indicador	Prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional
Definição do indicador	Percentual de domicílios com Insegurança Alimentar leve, moderada ou grave segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).
Fonte dos dados	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), PNAD Contínua e Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017-2018), II VIGISAN (2022)
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional moderada ou grave
Definição do indicador	Percentual de domicílios com Insegurança Alimentar moderada ou grave segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).
Fonte dos dados	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), PNAD Contínua e Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017-2018), II VIGISAN (2022)
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional em domicílios com crianças menores de 5 anos
Definição do indicador	Percentual de domicílios com crianças menores de 5 anos com Insegurança Alimentar leve, moderada ou grave segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).
Fonte dos dados	Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (2019).
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de Risco para Insegurança Alimentar
Definição do indicador	Percentual de indivíduos que responderam afirmativamente às duas perguntas da Triagem para risco de Insegurança Alimentar (TRIA).
Fonte dos dados	Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Despesa monetária e não monetária <i>per capita</i> mensal com alimentação
Definição do indicador	Despesas médias monetárias e não monetárias <i>per capita</i> com alimentação.
Fonte dos dados	Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017-2018).
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de aleitamento materno exclusivo
Definição do indicador	Percentual de crianças até 5 meses e 29 dias que receberam exclusivamente leite materno no dia anterior.
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional e Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (2019).
Disponível no OPP/AL	Não.

Nome do indicador	Prevalência de aleitamento materno entre crianças menores de 2 anos
Definição do indicador	Percentual de crianças menores de 2 anos que receberam leite materno no dia anterior.
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional e Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (2019).
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Diversidade alimentar mínima
Definição do indicador	Proporção de crianças de 6 a 23 meses e 29 dias que receberam seis grupos de alimentos no dia anterior.
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Consumo de alimentos ultraprocessados
Definição do indicador	Proporção de indivíduos que consumiram alimentos ultraprocessados no dia anterior (indicador disponível para crianças de 6 a 23 meses e 29 dias, crianças de 2 a 4 anos, crianças de 5 a 9 anos, adolescentes, adultos, idosos e gestantes).
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Consumo de fruta
Definição do indicador	Proporção de indivíduos que consumiram fruta no dia anterior (indicador disponível para crianças de de 2 a 4 anos, crianças de 5 a 9 anos, adolescentes, adultos, idosos e gestantes).
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Disponível no OPP/AL	Não.



Acesso

Nome do indicador	Participação relativa dos grupos da classificação NOVA no total de calorias consumidas pela população brasileira com dez ou mais anos de idade (%)
Definição do indicador	Percentual de calorias vindas de alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados/ alimentos processados/ alimentos ultraprocessados/ ingredientes culinários.
Fonte dos dados	Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017-2018).
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Consumo de verduras e legumes
Definição do indicador	Proporção de indivíduos que consumiram verduras e legumes no dia anterior (indicador disponível para crianças de 2 a 4 anos, crianças de 5 a 9 anos, adolescentes, adultos, idosos e gestantes).
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Percentual da população atendida com serviço de abastecimento de água (%)
Definição do indicador	População atendida com serviços de abastecimento de água, por todos os tipos de prestadores (adm pública direta; autarquias; empresa privada; empresa pública; organização social; sociedade de economia mista com administração privada; sociedade de economia mista com administração pública).
Fonte dos dados	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.
Disponível no OPP/AL	Sim.
Nome do indicador	Percentual de domicílios particulares permanentes com pelo menos um morador quilombola, por forma principal de abastecimento de água (%)
Definição do indicador	Percentual dos domicílios particulares permanentes com pelo menos um morador quilombola, por forma principal de abastecimento de água, existência de acesso à rede geral de distribuição de água, e existência de canalização de água.
Fonte dos dados	Censo Demográfico (2022).
Disponível no OPP/AL	Não.



Utilização

Nome do indicador	Percentual de crianças menores de 5 anos desnutrida
Definição do indicador	Percentual de crianças de 0 a 5 anos com o peso muito baixo para a idade
Fonte dos dados	SISVAN.
Disponível no OPP/AL	Sim.
Nome do indicador	Percentual de crianças com obesidade
Definição do indicador	Percentual de crianças de 0 a 5 anos no município com o peso elevado para a idade.
Fonte dos dados	SISVAN.
Disponível no OPP/AL	Sim.
Nome do indicador	Percentual de crianças com baixo peso ao nascer
Definição do indicador	Percentual de crianças de 0 a 6 meses com baixo peso ao nascer em relação ao total de nascidos vivos.
Fonte dos dados	DataSUS (Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos).
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de magreza entre crianças menores de 5 anos
Definição do indicador	Percentual de crianças de 0 a 59 meses com IMC para a idade com escore-z <-2 DP.
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de baixa estatura entre crianças menores de 5 anos
Definição do indicador	Percentual de crianças de 0 a 59 meses com estatura para a idade com escore-z <-2 DP.
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de excesso de peso entre crianças menores de 5 anos
Definição do indicador	Percentual de crianças de 0 a 59 meses com IMC para a idade com escore-z >+2 DP.
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Disponível no OPP/AL	Não.



Utilização

Nome do indicador	Prevalência de excesso de peso entre crianças de 5 a 9 anos
Definição do indicador	Percentual de crianças de 5 a 9 anos com IMC para a idade com escore-z >+1 DP.
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de obesidade em adultos
Definição do indicador	Percentual de adultos maiores de 18 anos com IMC ≥ 30.0 kg/m ² .
Fonte dos dados	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de anemia em crianças menores de 5 anos
Definição do indicador	Percentual de crianças menores de 5 anos com a concentração de hemoglobina menor que 11 g/dL.
Fonte dos dados	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (2006) e Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (2019).
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de anemia em mulheres não grávidas de 15 a 49 anos
Definição do indicador	Percentual de mulheres de 15 a 49 anos com a concentração de hemoglobina menor que 12 g/dL .
Fonte dos dados	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (2006).
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de níveis inadequados de vitamina A em crianças menores de 5 anos
Definição do indicador	Percentual de crianças menores de 5 anos com valores abaixo de 0,70 $\mu\text{mol/L}$ em relação à vitamina A.
Fonte dos dados	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (2006) e Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (2019).
Disponível no OPP/AL	Não.
Nome do indicador	Prevalência de níveis inadequados de vitamina A em mulheres não grávidas de 15 a 49 anos
Definição do indicador	Percentual de mulheres de 15 a 49 anos com valores abaixo de 0,70 $\mu\text{mol/L}$ em relação à vitamina A.
Fonte dos dados	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (2006).
Disponível no OPP/AL	Não.

visaoalagoas2030.al.gov.br

VISÃO ALAGOAS 2030



Prosperidade Urbana
Inclusiva e Sustentável

Acompanhe o ONU-Habitat nas redes sociais!



@onuhabitatbrasil



ONU-Habitat Brasil



onuhabitatbr



Escaneie para
saber mais!



ONU-HABITAT



ALAGOAS
GOVERNO